TRAJETÓRIA PROFISSIONAL das professoras DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS 1974-2017

Ades Teresa Sanchez y Vacas

UNIVERSIDADE LaSalle

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL das professoras DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS 1974-2017

Ades Teresa Sanchez y Vacas

Porto Alegre
2019

Copyright ® 2019

Texto
Ades Teresa Sanchez y Vacas

Orientação
Tatiana Vargas Maia

Coorientação
Cleuza Maria Gomes Graebin

Fotos
Arquivo Pessoal das Professoras, Arquivo UFRGS e Ades Teresa Sanchez y Vacas

Capa
Guilherme Smee sobre imagem da Sketchpedia *(Freepik)*

Projeto Gráfico
Guilherme Smee

Revisão
Lúcia Souza d'Aquino, Laís Gomes Bergstein e Guilherme Mucelin

Tradução Para o Inglês
Guilherme Mucelin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S172t Sanchez y Vacas, Ades Teresa
Trajetória profissonal das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS: 1974 -2017. Canoas : Ed. do autor, 2019.

1. Educação. 2. Memória Social. 3. Direito. 4. Ensino Superior. I. Sanchez y Vacas, Ades Teresa. II. Título.

CDU 738(815.1)

(CRB 10/2013)

SUMÁRIO

7 **Apresentação**

9 **Introdução**

15 **Depoimentos das Professoras**

17 Sulamita Terezinha Santos Cabral

24 Vivian Josete Pantaleão Caminha

27 Claudia Lima Marques

35 Martha Lucía Olivar Jimenez

39 Vanessa Chiari Gonçalves

45 Simone Tassinari Cardoso Fleischmann

52 Tula Wesendonck

55 **Ecos das Vozes das Professoras**

56 A influência da infância na trajetória profissional

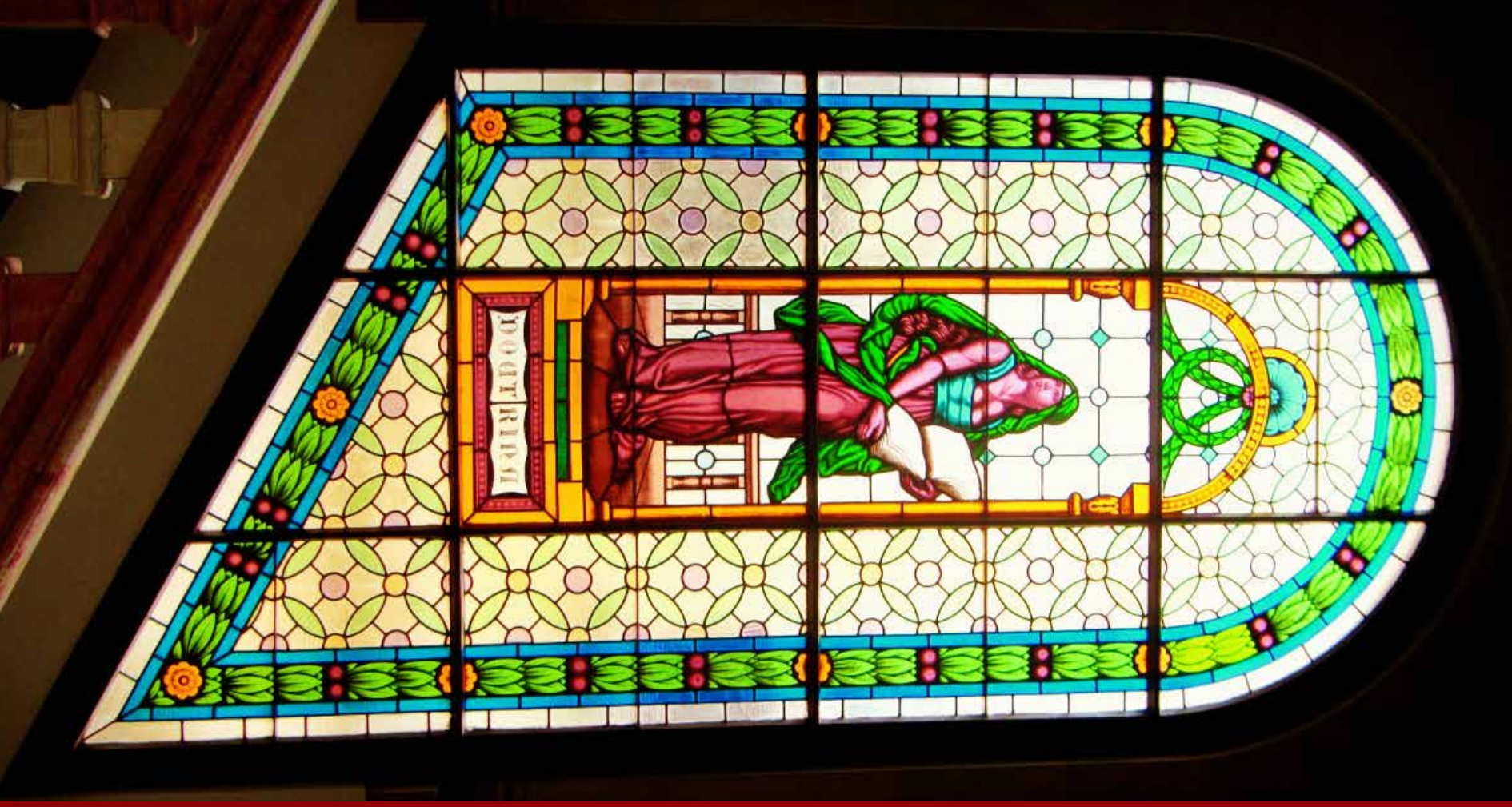
59 "Mulheres-Espelho"

62 Profissões "tipicamente femininas" vinculadas a afazeres domésticos

65 Auto representação pela memória orgulhosa

67 **Considerações Finais**

69 **Referências**



APRESENTAÇÃO

O livro A Trajetória Profissional das Professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 1974 a 2017, de Ades Teresa Sanchez y Vacas, apresenta aos leitores um desafio ainda peculiar para a academia brasileira, mas absolutamente urgente e importante, qual seja: contemplar as lacunas e as ausências políticas e sociais que ainda permeiam, marcam e caracterizam as nossas instituições. No caso da pesquisa de mestrado apresentada neste livro, Sachez Y Vacas explora as trajetórias profissionais das professoras da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sublinhando e revelando narrativas de formação e consolidação profissional que marcam e destacam os desafios históricos, de cunho social, político, econômico e cultural que pontuam a inserção de mulheres no espaço público e no mercado formal de trabalho no Brasil. A conclusão, que acredito poder antecipar sem provocar grandes surpresas para leitores e leitoras familiarizados com a temática, é que essa inserção ainda é esparsa, rasa, e insuficiente. Todavia, o mérito desse estudo ultrapassa essa conclusão: ele reside sobretudo na sua capacidade de tecer, a partir de relatos pessoais e particulares, uma narrativa que é compartilhada, comum a tantas de nós.

Para além de registrar desafios e obstáculos, o presente trabalho carrega em si outros méritos: o de exaltar as conquistas, e de publicizar as vitórias de professoras que, ao longo de mais de quatro décadas, persistiram num projeto que é simultaneamente pessoal e coletivo, como uma leitura atenta e próxima das entrevistas bem revelam, que é um projeto de transformação. Essas oito entrevistas, tomadas em conjunto, revelam muito sobre as transformações pelas quais tanto o campo do Direito no Rio Grande do Sul, quanto a universidade no Brasil passaram nas últimas décadas. Ademais, acompanhar os relatos dessas mulheres também significa testemunhar o percurso, a história e a memória de mudanças fundamentais na sociedade brasileira, uma metamorfose que aponta para a abertura da nossa sociedade e das nossas instituições para práticas sociais mais democráticas e plurais, mais justas e inclusivas.

O registro apresentado nestas páginas é, naturalmente, limitado e parcial. Mas em nenhum momento esses enquadramentos específicos reduzem a potência da mensagem que essas páginas carregam. Elas são um convite poderoso para que ampliemos nosso conhecimento sobre os processos e as protagonistas da construção de uma sociedade mais equitativa, uma saudação àquelas que já se engajaram nessa luta, e um chamado para que nos alinhemos com propostas e projetos de transformação positiva dos nossos espaços políticos, econômicos e sociais.

Profª. Drª. Tatiana Vargas Maia,
Orientadora deste trabalho e coordenadora dos cursos de História e Relações Internacionais da Universidade LaSalle.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O objetivo principal é analisar a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS, inicialmente no período de 1959 a 2017, mas por conta da indisponibilidade de dados, o período ficou restrito do ano de 1974 até 2017, dando-se por meio da escuta e registro das memórias das docentes da referida Instituição.

O interesse se dá pela entrada da mulher no mercado de trabalho, fato significativo no mundo contemporâneo que gera transformações nas áreas da economia, política e cultura. Muitos são os fatos que contribuem para essas transformações, sendo alguns deles o desenvolvimento dos mercados industrial e comercial brasileiros, em que muitas mulheres possuem um grande destaque profissional; a expansão da urbanização na qual a mulher tem uma ligação e responsabilidade no seu desenvolvimento; a responsabilidade feminina em ajudar no sustento da família; a formação acadêmica e profissional.

A Universidade, nesse contexto, entra com um aspecto marcante, pois é no âmbito acadêmico, por meio do ensino e da pesquisa, que a mão-de-obra, especialmente feminina, é inserida no mercado de trabalho. E isso é uma realidade constante nas universidades brasileiras, que funcionam como meio para a inserção e ascensão da mulher em profissões que antes eram consideradas predominantemente masculinas.

Dessa forma, a pergunta norteadora para este trabalho é: como se deu a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS no período referido e quais foram as memórias que contribuíram para isso?

Portanto, o interesse em desenvolver um estudo voltado à trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS não se re-

sume apenas à sistematização e desenvolvimento do mercado de trabalho no qual estas docentes estão inseridas, mas também tem como pressuposto a percepção da influência deste contexto em suas vidas, que através de novas estruturas profissionais desconstrói os dogmas do mercado de trabalho jurídico.

Isso porque, ainda que os dados demonstrem um aumento na presença de mulheres nas Faculdades de Direito, como estudantes ou docentes, esses números ainda são discretos, e refletem as dificuldades encontradas por essas mulheres no mercado de trabalho: ainda que os números de estudantes mulheres e homens sejam parecidos, o percentual de mulheres ocupando espaços profissionais (tanto na docência quanto em outras carreiras jurídicas) ainda é baixo, o que não deixa de ser um reflexo de uma sociedade estruturada sobre a mulher que exerce suas funções em casa, e não no mercado de trabalho.

Para sustentar nosso estudo teórico-reflexivo teremos como balizadores Candau (2012), que estuda a identidade e a memória, bem como a interação entre os indivíduos e a sociedade. Ainda,

temos como marco teórico os apontamentos de Mendes (2015), que possui publicações que relacionam o papel das mulheres no contexto das carreiras jurídicas, em observância às diferenciações por gênero, demonstrando através de fatos históricos os estereótipos sociais considerados inferiores ou incapazes. E, por fim, Perrot (2005) nos dá direções sobre o estudo da história da mulher contemporânea e seu processo identitário nas nações em vias de desenvolvimento.

Assim, para esta pesquisa tivemos como procedimentos metodológicos a análise documental, uma vez que foram pesquisados dados que puderam ilustrar e contemplar informações a respeito do nosso objeto de estudo, e entrevistas semiestruturadas com professoras dos departamentos DIR1 – Departamento de Ciências Penais, DIR2 – Departamento de Direito Privado e Processo Civil, DIR3 – Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito, DIR4 – Departamento de Direito Econômico e do Trabalho, todos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Buscamos assim, "não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão da realidade" (MANZINI, 2012).

Por estarmos inseridas num Programa de Mestrado Profissional, será confeccionado um produto final: a elaboração de um e-book, que é a versão digital de um livro convencional. Um e-Book, além de poder alcançar uma gama maior de leitores, pois possui um formato "fluído", ou seja, se adapta a todos os tipos de tela, pode ser acessado por vários outros meios, como computadores, tablets e diferentes tipos de smartphones. Eventualmente existe a possibilidade de edição de um livro impresso, mas ainda não existem previsão ou planejamento a esse respeito.

A escolha das professoras foi feita de acordo com os seguintes critérios: inicialmente, pretendia-se escolher uma professora representativa de cada década da faculdade (ou seja, uma professora que tenha iniciado sua carreira em cada década). Entretanto, tal tarefa demonstrou-se impossível devido ao falecimento de duas delas. Então, o fator tempo foi restrito e foram escolhidas uma professora para cada década, entre 1970 e 2019, sendo a prof. Sulamita representante da primeira década e a prof. Tula representante da última, eis que admitida nos quadros da Universidade no ano de 2017. Ainda, houve a inclusão de mais uma docente, professora do DIR3-Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito, por se tratar de uma estrangeira, e consideramos importante a colheita de sua percepção no contexto deste estudo. Isso nos possibilitou analisar a visão de uma profissional de outro país que experimentou o processo de transculturação entre sua terra natal e o Brasil.

As professoras responderam às perguntar a seguir listadas, em entrevistas que foram gravadas e posteriormente transcritas.

Perguntas pré-formuladas para a realização das entrevistas:

1. Você poderia nos dizer seu nome completo?
2. Quando a sra. iniciou sua carreira docente na Faculdade de Direito da UFRGS?
3. Como se deu seu ingressou na UFRGS, através de concurso? Como foi esse processo?
4. Qual era a sua qualificação na época de ingresso e como a sua qualificação acadêmica se comparava com os de seus colegas homens?
5. A Sra. sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher e professora da Faculdade de Direito da UFRGS?
6. A sra. acabou de me responder. Mas, como se estabeleceu inicialmente sua relação com suas colegas mulheres e outras professoras da Faculdade de Direito da UFRGS?
7. Qual foi a sua carga horário inicial e atual, existe diferença com a de seus colegas homens?
8. Desde seu ingresso na Faculdade de Direito UFRGS, observou alguma mudança em relação a quantidade de homens e mulheres no quadro docente?
9. A senhora acredita que sua trajetória profissional na Faculdade de Direito/ UFRGS contribuiu para a melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres nessa instituição?
10. Qual é a sua percepção em relação à disparidade entre homens e mulheres na Universidade no geral e na Faculdade de Direito - UFRGS?
11. Quais as ações que a sra. acredita que poderiam melhorar esse quadro?
12. Quais são as suas contribuições futuras?
13. Espaço aberto para opiniões das professoras.

Para fins de clareza e uma melhor compreensão do leitor, algumas respostas foram adaptadas, sem alteração do conteúdo.

DEPOIMENTO DAS PROFESSORAS

Advogada (OAB-RS 4087); Professora Adjunta da UFRGS (aposentada); Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado do RS (TARF), entre maio de 1991 e fevereiro de 1996; Primeira mulher Presidente do TARF; Juíza Titular do Tribunal Regional Eleitoral do RS (TRE-RS) representante da classe dos advogados (julho de 1998 à dezembro de 2002); Primeira mulher a presidir sessões de julgamento do TRE-RS; Presidente eleita do Instituto dos Advogados do RS (1997/1999). Reeleita nos períodos de 2013/2015; 2016/2018; 2019/2022; Primeira mulher Presidente do IARGS; Conselheira Secretária-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Rio Grande do Sul (2007/2009) e reeleita para o período (2009/2012); Presidente do Colégio de Presidentes dos Institutos dos Advogados do Brasil (julho de 2013 à setembro de 2014); Membro Titular do Comitê de Avaliação e Seleção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) do Ministério da Fazenda, representando a OAB (setembro de 2017 à setembro de 2019). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRGS; Bacharel em Jornalismo pela Escola de Jornalismo da PUCRS; Licenciatura em Direito e Legislação Aplicada; Curso de Especialização em Filosofia do Direito UFRGS (1970/1973); Curso de Especialização em Metodologia de Ensino para professores de Ensino Superior; Curso de Mestrado em Direito na Faculdade de Direito da PUCRS (1989/1991) (Informado pela docente).

SULAMITA TEREZINHA SANTOS CABRAL

É uma satisfação eu poder contribuir de alguma forma. Meu nome é Sulamita Santos Cabral, mas completo Sulamita Terezinha Santos Cabral, mas eu em geral uso Sulamita Santos Cabral. Eu realmente lecionei na Faculdade de Direito, me formei lá, e depois eu lecionei alguns anos na Faculdade. Eu creio que eu iniciei em 1974, através de concurso.

Eu, na época, era professora de Ensino Médio e ministrava a disciplina de Direito e Legislação aplicada, no curso técnico do Colégio Protásio Alves. E trabalhava, também, na Secretaria de Educação e um dos meus trabalhos oficiais era ler o Diário Oficial, então eu vi no DOU que estava aberto concurso para a Faculdade de Direito da UFRGS. Sempre fui muito estudiosa, já tinha sido aprovada no concurso para Procurador do Município de Porto Alegre, mas não fui nomeada.

Resolvi então, me inscrever no concurso aberto na disciplina de Direito Tributário. Eu sempre gostei muito de Direito Tributário, porque eu sou de Uruguaiana e a minha mãe era servidora federal da alfândega de Uruguaiana. Eu me criei no meio de alfândega, ouvindo falar de tributo, de imposto de importação e exportação, de taxas e a minha mãe era tradutora juramentada, também, e quando entravam as mercadorias, além de servidora, ela fazia as traduções de espanhol. Achei que teria chance e seria uma grande honra ser professora na Faculdade de Direito.

Sempre tive facilidade e boas notas em Direito Financeiro e Tributário e nas outras matérias, pois estudava muito e consegui no 5 ano de Direito ser aprovada, em todas as matérias, por média. Fomos apenas 5 os

aprovados por média na turma de 60 alunos. Em primeiro lugar eu fiz duas faculdades juntas, eu já tinha o curso de Jornalismo, era Bacharel em Jornalismo, me formei na PUC aos 20 anos, e tinha o curso de Direito, no qual me formei na UFRGS com 22 anos. Logo depois que me formei, fiz um curso de especialização na Faculdade de Economia da UFRGS para dar aula de Direito em cursos técnicos. Obtive o registro no MEC de Professor de Direito Usual e Legislação Aplicada e consegui ser selecionada para lecionar tais matérias no cursos de contabilidade e administração do Colégio Protásio Alves.

Nesse ínterim obtive um Diploma de Especialização em Filosofia do Direito. Mais tarde participei, como professora, de um programa de capacitação de profissionais com cursos superiores diversos que desejavam dar aulas no ensino médio técnico. Quanto a titulação como vou explicar.

Naquele tempo ninguém tinha curso de mestrado, não existia curso de mestrado, fomos 5 os aprovados. Dos meus colegas que passaram no concurso, dois colegas eram fiscais da Receita Federal: o Antônio Falcão e o Danilo Benvenutti. Um outro que passou era Procurador do Estado, inclusive, era o chefe da Procuradoria, o Orlando Vanin. E tinha um grande tributarista, o Rene Izoldi Avila, já era mais velho e um conhecido tributarista. E eu tinha esses cursos e advogava já na área tributária. Não, não tinha titulação a mais. Eu tinha aperfeiçoamento, era o nome. E tinha a grande vantagem, em relação a pelo menos três deles, que era professora de 2º grau e dava aulas de direito, sobre falências, etc.

Eu dava aula em geral em curso de contabilidade. Então a gente dava um resumo de tudo: o que era o direito, as fontes de direito, a Constituição, isso eu estava acostumada a dar aula. Eu posso dizer que graças à Deus, talvez por ser do jeito que sou, eu já era casada na época, mas eu nunca sofri discriminação.

Eu toda vida tive um comportamento muito profissional e me relaciono bem com as pessoas, sempre fui muito respeitada por todos e eu também sempre respeitei os alunos. A única coisa que ocorreu foi o seguinte: eu fiz concurso no mês de julho e no mesmo dia acompanhei meu marido, ele tinha um curso de um mês no Rio de Janeiro. Então eu só voltei em agosto, quando tomei conhecimento que um funcionário da faculdade estava à minha procura. Havia um documento deixado na portaria do prédio onde eu morava no qual constava a nomeação dos cinco aprovados no concurso. Foi uma alegria, tinha sido aprovada e nomeada!

Havia uma convocação para eu comparecer à Faculdade para conversar com o Des. Jorge Ribas Santos, Professor Adjunto e Vice-

-presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Eu coloquei um conjunto branco com calça comprida, que eu tinha comprado em Ipanema e era um conjunto muito caro, muito fino e eu cheguei lá achando que eu estava arrasando. Lêdo engano. Apresentei-me e o Desembargador Ribas Santos – foi a única coisa interessante - me olhou" e disse assim "nunca venha de slack". Tal advertência me marcou.

Trabalhei com ele alguns anos, ficamos amigos, mas eu nunca, em ocasiões formais usei slack. Porque, eu vou dizer uma coisa pra vocês, até o dia de hoje, depois disso eu já fui presidente aqui do Instituto, fui Secretária geral do Ordem, fui juíza do Tribunal Regional Eleitoral, sabe? Fui até a primeira mulher que presidiu seções no TRE, fui presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado e nunca, em nenhuma ocasião em que eu tenha que estar formal – eu visto tailleur ou vestido com casaco. Sempre lembro do Desembargador "não me venha de slack".

Em uma ocasião o Desembargador Ribas Santos foi homenageado no TRE, homenagem póstuma, as filhas dele estavam lá e eu resolvi contar o episódio. E aí a filha dele disse "mas o pai tinha horror de mulher de calça cumprida dizia que era roupa de homem". Bom, mas fora isso, não tive problema nenhum, viu? Então foi a única vez, só que aí, naturalmente, andava sempre de tailleur, sempre de tailleur, e chamava os alunos de "senhores", "o que os senhores desejam?".

Eu fico admirada que minha filha diz que toma mate com os professores e falam: "professor fulano, o que achaste de tal coisa?". Isto no meu tempo jamais, eu chamava os alunos de "senhores" e até tinha muito boas relações com eles, mas não esse tipo de coisa. Em relação à carga horária ministrada: no início, a minha carga horaria eram 12 horas semanais, só 12 horas semanais, e a carga horaria dos demais professores todo mundo tinha a carga igual. Até porque eles eram fiscais. O Rene Isoldi não aceitou ser professor, até porque tirou segundo lugar e ficou meio magoado, não aceitou. O outro era Procurador do Estado.

Então, todo mundo tinha carga de 12 horas, não tinha problema nenhum. Quando ingressou manifestação em relação do pouco número de mulheres concursadas. Eu quanto estava lá tinham poucas mulheres. Me lembro da Profa. Isabela Ferlini, que foi minha professora, que continuava, e da esposa do dr. Erico Maciel, a Professora Olga. Depois no meu departamento foi nomeada a Professora Maria Aparecida Moretto. Meu Departamento era o de Direito Econômico e Tributário.

Eu dava aula de Direito Tributário e a Maria Aparecida dava aula de Trabalho. Éra-

mos do mesmo departamento. Não me lembro de outras. Depois aos poucos que foram surgindo outras, mas a maioria eram homens, sem dúvida nenhuma. Mas, mesmo assim, nunca tive problema. Ah não, no meu concurso só era eu de mulher. Parece que teve outra que se inscreveu, mas não foi. Fui só eu a única mulher a fazer concurso e tinham uns 38, ao todo tinham umas 38 pessoas. E ao todo passaram apenas 5. Então os homens rodaram (risos).

Eu me saí muito bem na parte didática, porque eu já dava aula. A parte pratica do concurso consistia em dar uma aula de 45 minutos sobre um ponto sorteado no dia anterior. O meu ponto sorteado foi Taxas. Cheguei em casa, organizei a explanação do tema em itens (conceitos, definição, diferenças entre isso e aquilo, espécie de taxas, exemplos, etc.).

Repeti a aula várias vezes para o meu marido - que é engenheiro e muito organizado- que cronometrava o tempo e fazia algumas observações. No dia da prova foi dado o sinal para eu começar a explanação, sendo colocado sobre a mesa um relógio que marcava o tempo de 45 minutos. Cumprimentei a banca e os que assistiam (eram muitos) e escrevi no quadro o esquema da aula a ser proferida. Com clareza e tranquilidade, estava acostumada a dar aulas, desenvolvi o tema. Quando terminei e disse para banca "eu estou à disposição dos senhores para quaisquer perguntas". Aí os avaliadores disseram que não tinham perguntas e tocou sinal dos 45 minutos. A minha nota na parte didática foi excelente.

Em relação à contribuição como mulher acho que sim, eu acho que contribuí até porque a gente tem muita visibilidade até hoje. Eu me aposentei, mas até hoje eu encontro meus alunos. E a UFRGS é uma Universidade excelente. Então vários alunos meus foram presidentes do Tribunal de Justiça. Logo, tenho muita facilidade de fazer as coisas, eu telefono e falo "alô, fulano de tal". Agora a atual direção do TJ, exceto o presidente que foi egresso da PUC, todos os outros – vice--presidentes e tudo – foram meus alunos. A presidente do TRE que me homenageou, foi minha aluna também. Em vários, vários locais. Os mais velhos foram meus professores. O professor Peter Ashton foi meu professor. E os outros tantos foram meus colegas.

Eu era jovem, então eu procurava manter um diálogo respeitoso com todos. Alguns dos meus alunos eram mais velhos do que eu lembro de um aluno de mais idade, ele era general, tinha sido diretor da aviação férrea e o irmão tinha sido primeiro-ministro. E ele ficou viúvo e veio morar em Porto Alegre, inclusive era assessor do Reitor, e ingressou na Faculdade como reingresso de diplomado. Já tinha mais de 70 anos e gostava muito das minhas aulas.

Ele matriculou-se para fazer uma disciplina supondo que seria ministrada por mim. Chegando na aula encontrou outro professor e cancelou a disciplina. E eram coisas bonitas, né? Em relação a disparidade entre homens e mulheres acho que isso aí depende. Eu acho que as mulheres devem ascender aos cargos, mas usando meios lícitos. Elas devem estudar, elas devem ser responsáveis, é isso.

Eu acho assim, eu tenho direito de ascender aos cargos e o concurso é feito por qualquer pessoa. Mas eu vou lá não usando artifícios femininos, eu vou lá trabalhando igual aos homens. Eu tenho que concorrer em igualdade de condições. Para ter uma ideia, eu sou a primeira mulher Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Fui eleita em chapa única e a Diretoria era composta por homens e mulheres. A primeira vez foi em 1997/1999 e agora já estou na minha terceira gestão.

Em relação a melhoramentos e ações eu acho que a gente que é mulher e que tem família e filhos, nós realmente temos uma jornada e tanto e precisamos nos dar conta que precisamos de boas auxiliares. Eu sempre tive boas auxiliares. E tem mais uma coisa que não foi perguntado, mas irei mencionar, acho que fui a primeira professora da Faculdade de Direito da UFRGS a ter filhos no período que lecionava na UFRGS.

Quando em 1980 eu fiquei grávida e minha filha Gisele nasceu em 1980 e eu era professora. Não apareci tão grávida assim porque ela nasceu em novembro e no mês de julho eu tive uma ameaça de aborto, então nos últimos meses tive que ficar de cama. Eu fiquei de cama e não podia nem sair, claro que fiquei no telefone e tudo mais, sou uma pessoa alto astral, apesar de tudo. Consegui compatibilizar a amamentação do nenê, os cuidados com a família e os compromissos profissionais.

Sempre gostei muito de dar aulas e de conviver com os professores e alunos. Eu acho assim, eu tenho um grande carinho pela Faculdade de Direito e eu tive grandes professores, cada um naturalmente do seu jeito. O professor Rui Cirne Lima era uma pessoa que sabia tudo, falava em francês, em inglês, em alemão, em latim e grego, ele citava autores, mas era uma pessoa muito austera. Tinham outros professores muito afáveis, o último ano foi o José Luiz Martins Costa e depois fui aluna do seu filho. Professor Câmara me marcou muito, ele falava tão bem e eu tomava nota, mas eu não era taquigrafa, e às vezes eu escrevia assim "perdi, que bonito".

Era muito bonito o que ele dizia. Um dia ele disse que "o sentido da beleza são laivos de absoluto que existem em nós". O Professor Câmara era uma pessoa sensacional discorrendo sobre a justiça, as vezes vemos que as pessoas escreveram sobre ele, mas não era bem assim, uma coisa é ouvir a entonação da voz; era uma coisa maravilhosa.

E tinham professores muito bons, o professor Elói Jose da Rocha era um gentleman, a Izabella Ferlini era muito querida, e era a única professora. Eu gostava muito do professor Paulo Pinto de Carvalho. O Professor Clovis do Couto e Silva e o Professor Almiro do Couto e Silva foram grandes diretores. Tive o privilégio de receber aulas e conviver com tantos colegas especiais que não tenho condições de citar a todos. Tinha a possibilidade de se manter no trabalho.

Eu poderia ter ficado mais tempo, acho que estava no auge da minha intelectualidade. Mas acontece que tem uma série de coisas a considerar e comecei a ter problemas na garganta, dava aula só com microfone e falava muito e até o médico me disse uma vez que eu não sei falar – falo muito com a garganta e deveria reeducar a voz.

Além de professora, continuei sempre ligada ao Direito. Presidi o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado (TARF) por cinco anos, fui Juíza do Tribunal Regional Eleitoral, fui Secretaria Geral da OAB/RS e como já disse atualmente sou Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Sai da instituição mas nunca parei, até agora represento a OAB no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) do Ministério da Fazenda. Sou do Comitê de Seleção e Avaliação de Conselheiros.

Graduada em Direito, foi diplomada com Láurea Acadêmica em primeiro lugar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS/ Brasil/ 1987). É Especialista na área de Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS/ Brasil/ 1989). Possui Mestrado (1997) e Doutorado (2010), ambos em Direito, com ênfase em Direito Privado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS/ Brasil). Juíza Federal - atua na Justiça Federal da 4ª Região, junto à 6ª Turma do Tribunal, na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (1993) e Coordena a Seccional dos Juizados Especiais Federais no Rio Grande do Sul (biênio 2011-2013). É membro integrante do Grupo de Trabalho, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tratando de assuntos relacionados aos Juizados Especiais Federais (JEF), vinculado à Corregedoria Nacional de Justiça. Representante da Coordenadoria Seccional dos Juizados Especiais Federais no Rio Grande do Sul no Fórum Interinstitucional Previdenciário na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Integra o corpo Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), como Professora Adjunta vinculada ao Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito, tendo ministrado no curso de Graduação em Direito as disciplinas de Direito Administrativo, Medotologia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Prática de Processo Administrativo. Atualmente na Instituição ministra na Graduação as disciplinas de Direito Constitucional I, II e III, e nos cursos de Pós-Graduação - Especialização Lato Sensu as disciplinas de Direito Ambiental Administrativo e Constitucional e de Movimentos de Política Criminal Contemporâneos. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes)

VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

Meu nome é Vivian Josete Pantaleão Caminha. Formalmente ingressei em janeiro de 1992, mas eu iniciei a atividade propriamente dita em dezembro de 1991. Eu participei de um concurso de provas e títulos. Eu não me recordo exatamente qual foi a minha classificação, porque faz muito tempo, isso foi em 1989. Mas entre novembro e dezembro de 1991 a Universidade me chamou e perguntou se eu tinha interesse.

Na época, eu era Bacharel em Direito e tinha recentemente concluído especialização em Processo Civil na PUC-RS que nem existia na UFRGS na época. Eu era recém-formada, digamos, porque quando eu fiz concurso em 1989, eu tinha um pouco mais de um ano de formada, então nem teria tempo de ter outros títulos a não ser o de especialização. Pois na época não exigiam titulação bastava a graduação, até porque na época eram pouquíssimos cursos de pós-graduação em Direito em Porto Alegre. Tanto que na época não havia mestrado e doutorado na UFRGS, na área de Direito, e isso me fez ir recorrer à PUC-RS, a convite do professor Ovídio Baptista, ele que sugeriu que eu fosse fazer e começasse com uma especialização e na sequência comecei o mestrado também lá na PUC-RS, aí nesse interregno que foi implantado mestrado e doutorado na UFRGS.

Em relação a discriminação na Faculdade de Direito eu não senti diretamente qualquer tipo de discriminação por ser mulher. Eu senti um certo receio mais pela idade que eu tinha, não tanto pela condição de mulher, porque na época eu tinha 25 ou 26 anos. O quadro era de pouquíssimas mulheres na época. Me recordo a professora Claudia, a professora Maristela, eu tinha pouquíssimo contato com ela, que em seguida ela se mudou e foi para São Paulo. Basica-

mente no Departamento só havia homens que eu me recorde.

Desde o início tinha regime de 20 horas, e sempre a carga foi, não digo igual, mas semelhante ao longo desse tempo e permaneceu até atualmente. A partir de um determinado momento, eu não me recordo bem o ano, a própria Universidade só fazia concurso para 40 horas ou DE (Dedicação Exclusiva), mas foi um marco histórico assim, mas isso para todos, tanto homens como mulheres.

No início eram pouquíssimas mulheres, isso eu digo, no início de 1992. Gradativamente foi aumentando esse número e está mais parelho, vamos dizer. E sim, há uma diferença sim entre homens e mulheres. Eu acredito que a sociedade mudou, não foi um fenômeno peculiar à faculdade. Então as mulheres vêm gradativamente se inserindo no mercado de trabalho. E ainda bem que no serviço público a gente não tem o problema que tem na iniciativa privada da diferença de remuneração, mas eu não vejo nenhum problema, nem pelo fato de que elas têm a licença de gestante mais longa, da parte da Universidade eu não senti.

Acredito que a trajetória profissional contribuiu para mudanças. Eu creio que sim. Eu sinto, só para completar, uma diferenciação muito maior aqui no Tribunal do que na Faculdade. É impressionante, na Faculdade, aos poucos o número de mulheres professoras vem se equiparando ao de homens, mas aqui não (Tribunal), continua sendo uma predominância masculina. Eu sinceramente não sinto assim em termos de tratamento diferenciado por ser homem e mulher na faculdade. Principalmente hoje, não percebo isso. Eu acho que em determinadas áreas até que pode ter uma diferença maior, em algumas áreas por exemplo, eu tenho conhecimento que na área de engenharia, matemática, a predominância masculina é muito maior do que a feminina, mas nas ciências humanas não vejo muita diferença.

O problema é que eu não vejo outras alternativas se não mudar a própria sociedade, porque o sistema de cotas eu não sei se seria muito eficaz para atrair a participação feminina. E interessante que em níveis de escolaridade menor, por exemplo, no ensino médio e no ensino fundamental, a predominância é de mulheres, é o inverso aqui na faculdade.

A contribuição que eu faço é passando os conhecimentos que eu tenho para os alunos. Participando dos eventos, inclusive em defesa da igualdade entre homens e mulheres. O que eu percebo assim, eu entrei na Universidade na realidade em 1985 (técnica administrativa) e de lá para cá eu venho percebendo um crescimento do universo feminino na Universidade, e volto repetir que eu não vejo, pelo menos no campo do Direito/na Faculdade de Direito algum tipo de discriminação por ser mulher. Às vezes existe outro tipo de, não digo discriminação, mas que é acentuado por outros motivos, mas não por ser mulher.

Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), mestrado na Universidade de Tübingen (1987), doutorado (Doctoris Iuris Utriusque, 1996) e pós-doutorado na Universidade de Heidelberg (2003). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS, Relatora-Geral da Comissão de Juristas do Senado Federal para a Atualização do Código de Defesa do Consumidor, Presidente do Comitê de Proteção Internacional do Consumidor da International Law Association, (Londres), Membro da Sociedade latino-americana de Direito Internacional, Diretora da Associação Luso-Alemã de Juristas (DBJV, Berlin) e da ILA-Branch Brazil. Ex-Presidente da ASADIP - Associação Americana de Direito Internacional Privado, (Asunción) e do Brasilcon Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, (Brasília). É Coordenadora da Revista de Direito do Consumidor Brasilcon/RT e líder do Grupo de Pesquisa CNPq Mercosul, Direito do Consumidor e Globalização. Coordenadora brasileira da Rede Alemanha-Brasil de Pesquisas em Direito do Consumidor (DAAD-CAPES). Professora na Academia de Direito Internacional de Haia em 2009, é Árbitro do Mercosul e jurista-colaboradora da SENACON-MJ na OEA e Conferência de Haia. Tem experiência na área de Direito, com ênfase Direito do Consumidor, MERCOSUL, Direito Privado, proteção dos vulneráveis e Direito Internacional Público e Privado além de ser bolsista produtividade 1A do CNPq. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes).

CLAUDIA LIMA MARQUES

Meu nome é Claudia Lima Marques fiz o concurso em 1989 e iniciei em 1990. Eu tinha retornado para o Brasil depois do meu mestrado na Alemanha e trabalhava no Ministério da Justiça, e os professores, como sou oriunda da UFRGS, os professores me avisaram que estavam abertos dois concursos, um do DIR2 de Direito Civil e de Processo Civil e o outro no DIR 3 que é do Departamento de Filosofia e Direito Púbico. Eu tinha me inscrito em um outro concurso, o da UNB, mas o primeiro que saiu foi do DIR 3 e tirei o 1º lugar e entrei. O concurso foi muito disputado, acho que tinham mais de 15 candidatos, 5 dos quais foram aproveitados, mulheres e homens.

Na época, eu já tinha dois mestrados, um Mestrado de Direito na Universidade de Tübingen na Alemanha e um outro mestrado, o segundo mestrado, que usava como Especialização no Instituto Europa de Saarbrücken, também na Alemanha. Comparando com outros colegas, eu acho que eles também, a maioria, tinham mestrados, tinha um colega homem que ficou em segundo lugar que tinha mais anos de prática. Eu na verdade era muito jovem, me formei com 21 anos e retornei para o Brasil com 23/24 anos para trabalhar e trabalhei um ano e meio em Brasília, então eu tinha exatamente 25 anos, que na época era a idade mínima para entrar na Universidade, e os colegas, a maioria deles, eram mais velhos, os homens.

Que eu me lembre, o colega que tirou em segundo lugar era mais experiente, já tinha sido professor e tal, até um dia ele me deu uma carona e disse que eu poderia ficar, pois ele estava tão seguro que iria ganhar o

concurso, ele disse que eu poderia ficar no lugar dele numa universidade privada de Porto Alegre e eu na época aceitei e disse "sim, senhor" e depois no outro dia eu tirei o 1º lugar e foi bem surpreendente para todos que eu tinha tirado o 1º lugar. Em relação a discriminação não, eu não me lembro disso, eu me lembro que o 3º colocado também era mulher e o 4º colocado também era mulher.

A quarta colocada continuou na UFRGS e é a professora Vivian Caminha. Não me lembro de ter sofrido discriminação pelo gênero, mas sim pela idade, na época o 2º colocado e a 3ª colocada queriam entrar como uma ação contra mim dizendo que eu não tinha a idade mínima para ser a professora, o que não era a verdade, eu tinha a idade mínima, dizia que eu não tinha experiência, que também não era a verdade, porque quando eu estava em Brasília, eu trabalhei na UDF que era uma universidade privada, mas foi uma experiência ótima, até fui homenageada pelos alunos, então nenhuma das duas insinuações eram verdade, mas eu achei que foi uma certa discriminação por eu ser muito jovem na época do meu primeiro concurso.

Então eu não me recordo de nenhuma discriminação de gênero, até, só para contar, no primeiro dia de aula eu estava no estrado que aqui na UFRGS têm alguns estradinhos para os professores e veio a senhora que limpa e me disse "sai daí que daqui a pouco vem o professor" (RISOS) e eu disse "tá, mas eu sou professora", ela me olhou e nunca mais falou nada, e foi só isso, mas acho que foi pela idade porque apesar de chamar um pouco de atenção. Eu estava inscrita em dois concursos, então logo depois no outro concurso, também entraram várias mulheres aqui na Faculdade e outras eram, já existia o Programa de Pós-Graduação, professoras convidadas pelo PPGD. Então meu convívio foi muito bom com elas, mas eu diria que os meus companheiros "melhores" eram homens, que pude conhecer.

Quero fazer uma homenagem especial ao então chefe de departamento, Manoel André da Rocha, então ele foi o meu grande companheiro nos primeiros anos, juntamente com o professor Sérgio José Porto, que eu já conhecia -não tinha sido meu professor-, mas eu o conhecia da minha formação. Então realmente, ele foi meu chefe em Brasília, claro que eu tinha colegas mulheres que se tornaram amigas, mas meu grupo mesmo de trabalho era com homens. Em relação à carga eu não sei, na verdade, porém acho que não. Minha carga horária era a mesma, sempre fui muito dedicada também à pesquisa – não vamos dizer também que é carga horária -, mas em matéria de disciplinas, eu sempre dei 3 disciplinas.

Na época era diferente, quando entrei ainda como assistente/associado – não me recordo ao certo – que eu dava aula de noite, a mesma cadeira que dava de manhã e gostava de dar aula de noite e dava uma opcional, que hoje não dou mais, mas dou direito do consumidor. Então a carga horária continua a mesma, apesar de hoje ser titular. E agora eu realmente não, na UFRGS, não observei nenhuma distinção de carga horária em virtude do sexo das pessoas.

Em relação a homens e mulheres, eu acho que aumentou o número de mulheres, talvez hoje tenha mais contato com essas mulheres da Faculdade de Direito, mas desde a época que eu estudava sempre houveram mulheres na Faculdade de Direito. Talvez não sempre, mas pelo menos na época em que eu estudei, de 1981 até 1985, tive grandes professoras: a prof. Guiomar, a prof. Sulamita e havia outras, só que não eram minhas professoras, mas essas duas foram e eram muito boas. O que eu observei é que, vamos dizer – eu também fui professora homenageada e tinha pelo menos umas duas mulheres homenageadas na época na época em que fui, me homenagearam junto com a professora Maria Isabel, não era só eu a homenageada, não me lembro de nenhum caso em que fiquei com a única mulher homenageada; e antigamente não, essas mulheres davam aulas, mas raramente eram professoras homenageadas ou paraninfas, isso eu observei que eu mesma nunca fui paraninfa de turma, mas a professora Maria Isabel já foi várias vezes.

Eu acho que paraninfa já é uma coisa mais, quase política, porque tem que dar uma festa, então é algo mais diferente, mas homenageada já fui várias vezes. Em contribuir para a instituição... Eu acho que sim, a Faculdade de Direito (retomou assunto) eu esqueci de mencionar, mas quando cheguei na Alemanha eu fui discriminada sim, em razão do sexo: vou contar talvez respondendo a outra pergunta, se minha formação me ajudou no concurso. Sim, acredito que minha formação ajudou muito, foram decisivos meus dois mestrados para minha aprovação aqui, acho que foi mérito de formação.

Mas devo contar que quando cheguei na Alemanha sempre quis ser Professora e precisava de 25 anos, e o professor Michael Will que me levou para Alemanha ele dizia "você deve fazer o mestrado no Instituto Europa da União Europeia", mas eu quis estudar primeiro Direito Internacional Privado, eu achei que estudar sobre a UE sem ter uma boa formação de Direito Internacional Privado não seria possível. Então, eu quis fazer um mestrado antes, que foi o mestrado na Universidade de Tübingen, ele concordou e eu não ganhei bolsa – porque eu era muito jovem, tirei

1º lugar no Brasil, mas não ganhei a bolsa do DAAD, quem ganhou foi um outro senhor mais velho.

Chegando na Alemanha, eu trabalhava com ele como assistente na Universidade de Saare, mas pude estudar na de Tübingen. E para entrar na Universidade de Tübingen, era a segunda turma de um mestrado novo que estavam criando, um mestrado só para estrangeiros, você tinha que fazer uma entrevista. Cheguei lá, na entrevista, e o Diretor que era um Conde ou um Duque, não sei bem, professor Graaf Witston, ele fez as perguntas de mérito e tudo mais e no final perguntou assim "mas por que você quer estudar no mestrado em Tübingen" e eu disse para ele "é porque eu quero ser professora" e ele, muito talvez sem pensar disse "e as mulheres podem ser professoras?" e eu fiquei pensando "bah, eu estou em uma entrevista, vou ter que entrar na Universidade, se eu responder sinceramente – que fiquei chateada, como assim "mulher pode"? "pensei que mulher não podia"? o alemão me dizendo que não podia - então eu decidi responder diplomaticamente e no meu parco alemão disse assim "No Brasil, sim", que era a resposta certa a ser aceita "No Brasil, se podem ter professoras mulheres" e aí que eu fui saber, porque eu não sabia, que na Alemanha não tinham professoras mulheres, nenhuma.

Estava lá, em 1985/86 em Tübingen e depois fui para o Instituto Europa e não tinha nenhuma mulher professora. Eu fui à França, em convite para um congresso, e conheci várias professoras mulheres, brilhantes, professora Alexandre, professoras francesas. Mas do outro lado do Reno, na Alemanha, eles tiveram que implantar cotas para professoras mulheres. Quando fui fazer meu doutorado em Heidelberg, eles botaram na banca uma mulher para me homenagear. Eu acho que essa trajetória contribuiu porque fiquei mais ciente dessa dificuldade das mulheres de serem professoras e também da importância do modelo, nesse sentido, eu acho que contribuí como modelo. Eu também fui a primeira mulher brasileira a dar aulas em Haia, em mais de 100 anos.

Eu estou acostumada a ser a 1ª, agora eu acho que fui a primeira a receber um Dr. Honoris Causa na Europa, também não conheço nenhuma mulher brasileira que tenha recebido. Tem que ver a professora Ada Pellegrini Grinover, mas ela era italiana e era professora aqui no Brasil, teria que ver, eu realmente não conheço. Na Alemanha talvez seja a primeira, talvez não na Europa e só na Alemanha, mas estou acostumada com isso. Eu observei na Universidade, houve uma homenagem à ciência, substantivo feminino, e foram homenageadas 15 mulheres que são as pesquisadoras A1 do CNPq do Brasil que estão aqui

na UFRGS. Eu notei que 15 é pouco. E que foram homenageadas porque elas são diferenciadas, também sou uma delas, em relação às outras.

Eu também observei que a Faculdade de Direito, eu já fui diretora de departamento e tal, não teve nenhuma diretora mulher em toda a sua história. Eu confesso que não tenho essa vontade, já fui várias vezes e sou coordenadora do Programa de Pós-graduação, acho que combina mais comigo. Mas, me disse a professora Maria Isabel Ribeiro antes de sair, ela que é vice-presidente do Tribunal de Justiça, que as mulheres tendem a não enfrentar essas brigas, assim, pra ser chefe de departamento, chefe do PPGD, eu fui, mas eu realmente nunca me submeti a uma votação a uma coisa assim, claro que também são votações, né. Então talvez realmente tenha essa coisa do gênero ou o gênero masculino às vezes é mais competitivo.

Eu observo certas diferenças, mas ao contrário na Faculdade de Educação, por exemplo, tivemos grandes mulheres, a professora Vera(?), nós tivemos uma reitora que foi excelente, a professora Wrana Panizzi, hoje temos uma vice-reitora, que é excelente, a professora Jane Tutikian. Eu acho que as mulheres têm um importante papel na Universidade.

Na Faculdade de Direito como um todo, eu não observei discriminações com as mulheres, com as professoras, o que eu observei no Programa de Pós-graduação de Direito, é que as regras da CAPES, sobretudo sobre produção, não levam em conta a maternidade. Então, por exemplo, tivemos duas professoras, professora Roberta e acho que a professora Simone, que tiveram filhos e elas tiveram, claro, uma baixa de produtividade durante esse tempo. Então elas tiveram com aquela licença gestante e é por pouco tempo, mas elas serão avaliadas, seremos avaliadas da mesma maneira na CAPES, mesmo essas mulheres. Eu acho isso uma discriminação porque prejudica que a mulher tenha esse tipo de licença maior e, deveria ter por questões de igualdade, uma regra praticamente de diminuições em relação à produção do quadriênio. Eu realmente defenderia isso e agora que eu estou praticando de alguns grupos da CAPES, eu vou sugerir isso, acho que é uma questão de justiça. Questões que podem melhorar na faculdade.

Acho hoje o ambiente na Faculdade de Direito muito colegial entre as mulheres, então acho que está em um bom momento entre as mulheres e as alunas. Mas acho que é um início, como disse a Embaixadora da Áustria quando esteva aqui: a gente tem que começar consigo mesmo, então não adianta você falar sobre discriminação de mulheres se você mesmo discrimina mulheres e prefere os

colegas homens. Eu tenho muitas coautoras mulheres e muitos coautores homens, sabe? Então acho que isso a gente não pode fazer -discriminar os homens, por exemplo – mas, acho que tem que pensar e ter uma ideia de gênero e de união.

Eu acho que falta um pouco de solidariedade entre as professoras e as alunas, acho que houve casos de assédio sexual aqui na Faculdade, suposto assédio sexual, e que foram mal resolvidos e que houve uma união muito forte dos homens e não houve uma união das mulheres. Acho que isso é uma falha grave, acho que nós tínhamos que começar todas nós valorizando esse coletivo feminista que está aí, ajudando esse coletivo feminista – que eu acho que atua muito bem- e se alguém tem alguma crítica, tem que ajudar e não ficar criticando, acho que falta um pouco de união.

Mas, eu vejo atuações muito positivas, da professora Dalva, de outras professoras, da professa Roberta, eu acho que é preciso uma certa união das mulheres para transformar a Faculdade de Direito em um lugar realmente igualitário, que não possa haver casos de supostos assédios sexuais que não sejam punidos. Para o futuro, pois é, eu agora quero ver se eu escrevo o meu curso de Haia, que é sobre a proteção dos vulneráveis e entre os vulneráveis estão as mulheres.

Há muita discussão sobre isso, se a mulher é vulnerável ou não, eu acho que mais uma vez é muito importante no quadro político e atual o Brasil é, infelizmente, campeão em feminicídio, tem vários casos em que, por exemplo, assédio sexual é considerado um simples "deslize" das pessoas – e isso não pode acontecer, é inadmissível, ainda mais numa Faculdade que ensina Direito, e acho que nós temos que melhorar nosso nível de respeito às mulheres e suas manifestações. Eu acho que vão ser tempos difíceis, não só paras as mulheres, mas todos os tipos de vulneráveis e a liberdade de orientação, liberdade sexual, enfim, todos tipos de liberdades tendem a ser tolhidas, acho que devemos ser muito firmes e fortes.

Durante a ditadura, trabalhei como estagiária na Ordem dos Advogados, defendendo os advogados que protegiam as pessoas e eu vi a importância do advogado, quando os tempos são difíceis, o direito tem uma importância qualificada para manter o nível e para mostrar que as pessoas não podem fazer tudo, elas não podem atacar os outros, desrespeitar os outros. E nesse sentido, eu acho que agora é o tempo novamente da gente ser muito firme e forte e não importa se seremos discriminados, porque nós somos, vamos dizer, o vidro. Tem que atirar pedra na gente, para protegermos quem está atrás. Finalizando eu acho que é muito importante essa pesquisa porque eu mesma não conheço a histórias das

professoras da Faculdade de Direito, acho que é um testemunho pro futuro e também é uma consolidação de uma conquista importante.

Eu li que tem outros limites que vem por aí, por exemplo, entre as mulheres professoras existe um pequeno número (2%) de mulheres negras. Então acho que isso também é importante, é importante conscientizar, não porque isso vai ser diferente, mas que existe uma espécie de gap ou falha histórica em relação às mulheres e mais ainda em relação às mulheres negras, não é? Então acho que isso é importante, mulheres talvez com orientação sexual diferente, acho que é importante pensar em uma expansão da diversidade.

De outro lado, acho que o concurso público é uma maneira excelente, acho que deve haver uma meritocracia, não é só porque é mulher que deve ser professora, tem que ser bom! E professor também. Quanto melhor: melhor. Acho que as professoras têm que ser ainda melhores do que os professores homens, não que eu tenha sofrido nenhum tipo de discriminação, mas acho que tive muita ajuda de todos durante a minha carreira e tive muitos bons conselhos. Mas, uma coisa que é importante é isso. Não precisa ser como disseram a pouco "vai ter que ter 50% de mulheres na CAPES", acho que é o contrário, se demonstrou que algumas mulheres não merecem e ficam perseguindo as outras ou os outros, porém geralmente as outras. Então é o mérito que é importante.

E a outra coisa que é importante é a generosidade, se você alcança algum espaço, você tem que tentar abrir para os outros e não fechar para os outros. Eu também vivenciei uma certa disputa entre mulheres que não foi muito positiva nem para Faculdade de Direito nem para os alunos, ao contrário, acho que a gente tem que unir, ser generoso, ser mente aberta, ser um bom exemplo para as pessoas, né? Principalmente as alunas mulheres. Eu sempre digo isso, eu acho que existe muito espaço no Brasil, somos um país em desenvolvimento, é uma vergonha o Brasil em alguns dados. Já conseguimos muitas coisas e temos que conseguir muitas mais. E para conseguir essas muitas "mais": mais igualdade, mais desenvolvimento, mais bem-estar da população, mais saúde, nós precisamos realmente de muitas e muitas mulheres, professoras, de muita união de todo mundo e respeito.

Não é tempo de discutir ou de brigar, ao contrário, é tempo de se respeitar e de se levar todo mundo mais adiante, principalmente o nosso país, que é tipo uma casa onde todo mundo mora e se não for um lugar agradável com muito respeito não é bom. Espero que dê certo.

Possui graduação em Direito - Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora Del Rosario (1984), mestrado(D E A) Droit Communautaire - Université Robert Schuman Strasbourg III (1986) e Doctorat de L'Université Robert Schuman Mention Droit Communautaire(1990). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Especiais, atuando principalmente nos seguintes temas: Mercosul, Direito Internacional Público, UE, Tribunais Internacionais. Titular do Modulo Jean Monnet desde 2010. Senior Research Fellow na University of Nottingham (2015-2017). Membro da Lista de Árbitros Independentes do Mercosul. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes).

MARTHA LUCÍA OLIVAR JIMENEZ

Em 1991, eu tive meu primeiro vínculo como professora em um projeto de iniciação científica junto ao Programa de Pós-Graduação do Direito.

Nessa mesma época, já tinha doutorado em Direito Europeu pela Universidade de Estrasburgo e em uma visita a Faculdade de Direito o Professor Clóvis Couto e Silva, me convidou para fazer parte de um projeto de indexação de periódicos estrangeiros e foi meu primeiro contato com a Universidade. Posteriormente, recebi uma bolsa "recém-doutor", que o CNPq estava concedendo para incentivar a vinculação de doutores em universidades brasileiras. A bolsa teve uma duração de 4 anos e posteriormente fui contratada como professora visitante (4 anos); imediatamente depois a PUC ofereceu a oportunidade de lecionar e fiquei por 5 anos esperando um concurso da UFRGS que se realizou em 2003.

Quando cheguei na Faculdade de Direito era a única mulher que tinha título de doutor, naquele momento os doutores eram poucos. O meu primeiro contrato foi através do Prof. Clóvis Couto e Silva, e iniciando o procedimento para contratação de professor visitante a contratação não encontrou suporte em algumas das professoras da Faculdade. Assim meu primeiro contrato não foi fácil, mas não tinha muita convivência naquele momento, não tive maiores problemas, ou melhor quase nenhum.

Em relação à carga horária quando iniciou, em 2003, eram parecidas entre homens e mulheres não havendo diferença, era mais ou menos a mesma carga, já que

eram poucos os professores de Direito Internacional, então sempre tiveram que dividir. Mas também, não sendo carga horária exagerada, digamos que tinham, pois haviam poucas disciplinas nessa área em relação às outras áreas. Inicialmente tinham aulas à noite, e houve uma negociação para ficar somente de durante o dia, mas em matéria de carga horária acredito que não, nunca houve discriminação entre homens e mulheres, até por ser bastante controlado pelas instâncias superiores.

O número de colegas realmente era maior e não tem mudado muito até os dias de hoje. Há mais professoras atualmente, mas o número de colegas homens que têm controle ou postos de direção e maior importância é maior. Eu acredito que teve uma contribuição, não sei definir bem o certo, por ser bastante difícil essa compressão em manifestar o que diferenciou a minha contratação. Mas acredito que minha presença na faculdade como mulher e estrangeira, pode constituir um elemento de equilíbrio, mesmo que mínimo. É importante, sobretudo para as alunas mulheres. garantir cada vez mais a presença feminina dentro do corpo docente. Ao longo dos anos, presenciaram-se alguns incidentes considerados terríveis e que não terminaram, realmente, em nenhuma sanção para certos professores. E o fato de uma mulher estrangeira – com sotaque – estar hoje como titular, sim é importante, sobretudo como exemplo.

Minha percepção em relação à disparidade entre homens e mulheres na Faculdade de Direito é grande. Nas ciências exatas, por exemplo, há um maior número de mulheres vinculadas a cargos de administração. Na Faculdade Direito ainda não existe o mesmo reconhecimento à produção e atuação feminina.

Em relação a melhorar esse quadro, eu diria que ainda vivemos em um mundo machista e com as perspectivas não muito favoráveis em matéria de preconceitos, situações de discriminação e não igualdade – misoginia. Considero que, basicamente, o único remédio é a educação - através da educação em família, que vem de casa, dentro das instituições também, uma política de maior informação e educação das alunas sobre seus direitos. Fico horrorizada com certos apontamentos de meninas extremamente jovens que também têm uma posição bastante conservadora e repercutem o machismo, isso assusta um pouco. A religião é um instrumento de bastante opressão, nesse momento. Mas, sim, há necessidade de educar, para garantir um equilíbrio.

Minha contribuição futura em sala de

aula é tentar deixar claro qual é a minha posição, sendo estrangeira e sendo mulher. E bastante crítica, inclusive em questões do próprio Direito Internacional e questões que são obviamente dominadas por um pensamento masculino. Se você é professora, acredito que ter uma posição – e não somente em relação ao tema que leciona, mas ser crítica em relação a acontecimentos do dia a dia e cenário político é importante. E deixar claro sua posição em defesa das mulheres e sanções a comportamentos que não devem mais ser permitidos.

Para finalizar, digo que a única solução para a misoginia é educação e educação das mulheres. O problema é que essas posições conservadoras e o machismo também estão sendo transmitidos através de mulheres e as próprias mães, o que me parece extremamente grave, porque você condiciona a forma de pensar dos jovens dessa maneira. Então é bastante complicado. E em situações problemáticas, como o assédio, condenar fortemente esse tipo de conduta.

Possui graduação em Direito pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (1998), especialização em Política pela Universidade Federal de Pelotas (2000), mestrado em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2011), tendo realizado estágio doutoral (2010) junto ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Bolonha. Iniciou sua carreira docente em 2001 na Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Exerceu a função de conselheira penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul (2003-2007). Atualmente é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora Adjunta de Direito Penal e Criminologia do Departamento de Ciências Penais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É pesquisadora líder do Núcleo de Pesquisas em Direito Penal e Criminologia da UFRGS/CNPq. Desenvolve há dois anos o projeto intitulado Vitimologia: o estudo da violência na perspectiva das vítimas, que abrange o estudo das vítimas da violência de gênero e da violência estatal. Atualmente realiza pós-doutoramento em criminologia junto ao "Center for the Study of Law and Society (Berkeley Law) da Universidade da Califórnia, sob a orientação de Jonathan Simon. A pesquisa analisa os mecanismos de controle externo das atividades policiais, ministeriais e judiciais quanto aos atos de abuso de autoridade, comparando a realidade brasileira com a estadunidense. A pesquisadora é bolsista de Pós-Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes)

VANESSA CHIARI GONÇALVES

Meu nome é Vanessa Chiari Gonçalves, tomei posse no dia 04 de janeiro de 2013. Estou completando agora em janeiro 6 anos de casa. Ingressei através de concurso público. O concurso abriu assim que eu havia terminado meu doutorado (em julho de 2011). O concurso abriu no final de 2011, só que houve um recurso de um outro candidato em relação à banca e atrasou quase um ano a realização das provas, então nós fomos realizar a prova em setembro/outubro de 2012, e aí em janeiro de 2013 eu tomei posse. E a minha área de concurso foi para Direito Penal e Criminologia no Departamento de Ciências Penais.

É difícil a gente precisar, porque embora eu tenha concluído a minha graduação na Federal de Rio Grande, eu fiquei muitos anos trabalhando na inciativa privada. Na iniciativa privada nós estávamos todos ali, os professores interessados em seguir uma carreira de pesquisa, homens e mulheres fazendo a seleção para o doutorado na mesma época, então não havia uma diferença muita expressiva entre número de mulheres cursando doutorado e número de homens cursando nessa universidade particular onde eu estava.

Na época do concurso havia um número de candidatos que eu acho que eram 14 para duas vagas, e desses 14 candidatos com certeza 80% eram homens. Todos eram doutores. Na ocasião não percebi assim uma discriminação em relação ao concurso público, acho que não. Em outros momentos da minha vida, eu era mais discriminada por ser jovem. Mais por ser mulher e jovem do que por ser mulher, especificamente, sempre vinha conexão a mulher-jovem, então era uma dupla discriminação neste aspecto.

Mas do ponto de vista da banca que me avaliou que foi composta por dois homens e uma mulher, eu não percebi uma diferença de tratamento.

Minha relação com as colegas mulheres sempre foi muito boa, eu não lembro de nenhum desacerto ou conflito com as colegas mulheres. E com a maioria dos colegas homens eu também não tenho conflito, os poucos conflitos que eu tive foram com colegas homens e não com colegas mulheres.

Quando eu ingressei, sempre tinha uma carga horária de 12 horas na graduação, o que equivale a três ou quatro turmas, dependendo se a disciplina é de 3 ou 4 créditos, e isso se manteve por um bom tempo. De 3, 4 anos para cá eu passei a ter uma carga horária de 14 horas na graduação e isso em virtude de um concurso que aconteceu depois do meu, que foi anulado, então ficamos com menos um colega. De qualquer maneira eu fui a professora que ficou, ininterruptamente, no departamento com 14 horas sempre, enquanto os demais colegas ficavam com no máximo 12 horas. A exceção ocorreu nesse semestre em que houve uma compensação, mas dos 3 últimos anos incluindo o semestre passado eu tinha sempre pelo menos 2 horas a mais do que os demais colegas do departamento, inclusive no 2º semestre do ano passado, que eu já estava no meu primeiro ano de PPGD.

Para poder oferecer a disciplina do mestrado, eu fiquei com 18 horas ao todo em sala de aula, sendo 14 na graduação e 4 horas com a disciplina no mestrado. Também percebi que houve um aumento do ingresso de mulheres desde que eu entrei aqui, quando eu entrei eu tinha impressão de que o número de professoras mulheres era menor, houve um aumento do percentual de mulheres na Faculdade de Direito, pelo que se observa, mas ainda somos uma minoria.

Em relação entre homens e mulheres não sei se é uma política específica da Unidade, mas eu acho que houve uma sensibilização maior das bancas no sentido de estabelecer um tratamento mais igualitário. Eu penso que sim, porque eu estou aqui há quase 6 anos e já estive por pelo menos 2 anos como coordenadora da Comissão de Pesquisa, com uma função de gestão. Fui uma das poucas mulheres com função de gestão na Unidade. Então acho que minha chegada contribuiu porque eu já venho de uma experiência de gestão anterior na iniciativa privada. Isso me qualifica também para estar atuando na gestão. Só não estou atualmente na coordenação da comissão de graduação porque eu optei por não concorrer na eleição em virtude do projeto de pós-doutorado. Tenho a impressão de que depende muito da unidade. Têm unidades relacionadas à educação em que a maioria expressiva é de mulheres.

A Faculdade de Direito faz o caminho contrário, assim como a Faculdade de Engenharia, tem um número bem maior de homens. Isso tem a ver com o histórico de ingresso das mulheres no Ensino Superior, porque as mulheres entram inicialmente em cursos relacionados ao cuidado e à educação, então vamos encontrar em faculdades de pedagogia, licenciaturas,

na formação para ser professor ou então em faculdades relacionadas ao cuidado: psicologia, enfermagem, esses cursos têm uma demanda maior do público feminino. Eu acho que a 1ª ação, para além do estímulo e sensibilização das bancas, para que procurem tratar os candidatos homens e as candidatas mulheres com igualdade de condições, seria a adoção de políticas na Universidade, no sentido de buscar uma equiparação de carga horária e também uma política da Faculdade, no sentido de estimular o acesso de mulheres nas funções de chefia.

Eu acho que isso é muito importante até mesmo do ponto de vista simbólico. Passa uma mensagem para as alunas, passa uma mensagem para as outras unidades da Universidade e passa uma mensagem para os colegas de renovação. Pensando em contribuições futuras, as minhas contribuições futuras eu espero que sejam muito fortes no PPGD, porque estou me preparando para isso.

Gosto muito de trabalhar como pesquisadora, além da sala de aula. Então espero ser uma pesquisadora com alta produção, contribuindo para o PPGD, acho que esse é o meu principal objetivo: me fortalecer como pesquisadora e contribuir para a avaliação do PPGD. E num segundo momento, contribuir também para o desenvolvimento da Faculdade de Direito, para que os nossos processos sejam cada vez mais democráticos. E não descarto também concorrer a uma função de chefia, mas nesse momento, meu objetivo é fortalecer o currículo e contribuir com o PPGD. É muito interessante, acho que dá pra fazer uma retrospectiva boa.

Quando eu era aluna de graduação eu já sabia que queria ser professora, tanto é que eu me candidatava a monitoria de todas as disciplinas – não só a minha preferida, que era direito penal – eu cheguei a ser monitora de direito empresarial, fui monitora de direito do trabalho, abria monitoria e eu me candidatava para ter a oportunidade de dar aula. Então, é algo que já estava comigo desde sempre; na infância, brincava de dar aula para as crianças do quarteirão, então já era muito minha essa opção. E o curso de direito também, decidi muito cedo e escolhi o curso de direito porque eu tinha sempre uma tendência a defender as pessoas que estavam em posição de vulnerabilidade.

Então, na escola, se tinha um coleguinha que estava sendo discriminado porque era afeminado ou se tinha uma colega que era discriminada porque era diferente do padrão esperado ou esteticamente não atendia ao que se esperava e portanto sofria bullying, eu estava sempre na defesa dos colegas que sofriam bullying por qualquer razão. Então já nasci sabendo que queria ser professora e que queria seguir no Direito, por essas duas razões. E é muito engraçado porque na iniciativa privada eu fiz o percurso como professora, mas não tinha espaço como pesquisadora, a Universidade não abria esse espaço.

Então meu espaço como pesquisadora foi meu Mestrado e Doutorado que fui fazendo por fora do centro universitário. E também a qualidade dos alunos, que eram alunos com perfil diferenciado, de aluno trabalhador, que está fazendo o curso superior pra ascender socialmente, mas não tem o objetivo de ser pesquisador.

Eu reparava que a minha relação não era tão boa como a relação que eu tenho com os alunos daqui, e também, por exercer função de chefia e tinha que ser aquela que impunha limites, era muito respeitada – porém, mais respeitada do que amada. Nesse período todo na iniciativa privada foram muitos anos na gestão. Aqui na UFRGS posso dizer que redescobri o prazer de ser docente, de ser professora, de ser pesquisadora. Primeiro porque me abriu espaço na pesquisa, também a Prof. Claudia me abriu espaço no PPGD da Faculdade, então pude desenvolver pesquisas interessantes, melhorar a minha produção científica.

Mas, o que eu acho muito interessante foi a relação que eu estabeleci com os alunos nesse período. A impressão que dá é que eu nasci para dar aulas para eles e eles para serem meus alunos. É uma relação muito próxima e a impressão que eu tenho é de que falamos a mesma linguagem, a gente se comunica muito bem, eu adoro dar aula aqui para os alunos da Faculdade de Direito da UFRGS, eles são diferenciados em todos os sentidos. E aí é muito interessante porque, pela minha linha de pesquisa, trabalhando com a violência de gênero, violência contra a mulher, violência contra minorias e violência estatal, eu acabo congregando em torno de mim um número muito expressivo de mulheres interessadas na área criminal, que é uma coisa pouco comum dentro do Direito.

A área criminal é a que tem tradicionalmente menos mulheres – e tem muitas mulheres/gurias interessadas na área penal e eu reputo isso à uma influência, minha também, nesse processo, e muitas participam do grupo de pesquisa. E certos rótulos me são atribuídos e se relacionam a essa minha história inteira de defensora dos oprimidos. Rótulo de "feminista", defensora da igualdade de direito para as mulheres, esses dias me chamaram de "gaysista", nem tinha ouvido essa palavra ainda, que é defensora dos gays, da comunidade LGBT+, com quem eles se identificam também e se sentem acolhidos.

Então, é muito interessante porque eu acho que ainda que sem querer, sendo eu mesma como fui a vida inteira, eu acabo representando um espaço de acolhimento para todas as pessoas, alunos e alunas, que de alguma forma se sentem "fora do lugar" ou se sentem discriminados de alguma forma por qualquer aspecto – questões de gênero ou questões socioeconômicas. Na nossa instituição penso que diretamente eu não lembro se houve descriminação. Tem essas questões de carga horária, mas isso também porque eu acabava não reivindicando tanto – como gosto muito de dar aula, não recla-

mava do excesso de trabalho. Reclamo, mas reclamo pouquinho e numa boa, então nunca comprei nenhuma briga nesse sentido pra saber como sairia. E as pessoas com quem eu tive, eventualmente, algum conflito eu consegui depois dialogar, resolver as questões e são pessoas que são duras com todos, independentemente de gênero. Então não observei que por ser mulher sofri um tratamento inadequado. Não. As pessoas com quem eu tive algum atrito são pessoas que normalmente tem atrito com todos, independentemente de personalismos. Então isso não observei. Claro que existem só sutilezas, essa questão, por exemplo, do acesso.

Se temos um número muito expressivo de professores homens, e todos os cargos de chefia passam por votação, existe uma tendência a que homens ocupem esses cargos, se homens só votarem em homens: só homens ocuparão esses cargos. Agora, nos espaços onde eu pude participar, no caso a Comissão de Pesquisa e a Comissão de Graduação, eu posso dizer que se eu quisesse eu poderia estar na coordenação. Já estive em uma e não estou na outra porque não quis. Então, pelo menos onde eu estive não fui discriminada mesmo em relação à ascensão para uma função de chefia.

Para finalizar e, considerando o objeto de pesquisa, o que se pode dizer que faz ou não eu me sentir discriminada tem a ver com a preparação que eu tive durante a minha vida profissional antes de entrar na UFRGS. Já entrei aqui com uma trajetória lá da iniciativa privada, já entrei com a titulação e uma trajetória consolidada. Certamente se eu tivesse que construir uma trajetória aqui, talvez eu encontrasse mais obstáculos. O que eu quero dizer é que para estar nesse lugar, as mulheres, via de regra, têm que ter um esforço maior. Isso, sim. A diferença que vai se estabelecer é essa, talvez nós tenhamos que ter um esforço de trabalho maior para estar nesse mesmo lugar do que muitos colegas homens tiveram para chegar aqui. Isso em todos os aspectos, até mesmo na vida pessoal.

Se nós temos ainda uma sociedade em que normalmente as mulheres é que se ocupam das funções relacionadas a educação dos filhos – quer dizer, eu posso ter um colega homem que tem uma família constituída e tem filhos, mas que não se ocupa tanto dos filhos e tem tempo pra se ocupar com sua profissão. E outras mulheres, como eu por exemplo, optei por não ter filhos, então eu pude concorrer em igualdade de condições, talvez se eu tivesse constituído uma família eu não tivesse chegado aqui – a menos que eu tivesse um companheiro que dividisse tudo comigo, o que também não é tão fácil da gente encontrar.

Então é meio complicado, eu disse "ah não, eu não fui discriminada", é, não fui, somente em questõezinhas menores. Mas eu abri mão de outras condições da vida pessoal para poder chegar aqui, o que outros colegas homens não fazem, por terem um respaldo da esposa em casa, e terem tempo para se dedicar à profissão.

Professora de Direito Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - graduação e PPGD - mestrado e doutorado. Doutora, Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre/RS (2011). Palestrante convidada dos Cursos Especialização Lato Sensu da FADERGS Laureate International Universities, da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul - AJURIS, da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul - FESDEP, da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre - PUCRS, da Faculdade IDC, IMED. Líder do Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito Civil-Constitucional, Família, Sucessões e Mediação de Conflitos da UFRGS. Membro da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM/ Seção Rio grande do Sul. Membro do grupo de discussões em Direito Civil-Constitucional, DIÁLOGOS - encontro das linhas de pesquisa, Rio de Janeiro-Paraná. Palestrante em eventos jurídicos. Autora de artigos, capítulo de livros e obra na área do Direito Civil. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes).

SIMONE TASSINARI CARDOSO FLEISCHMANN

Meu nome é Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, e no 12 de fevereiro de 2014, ingressei através de concurso. Um concurso bastante concorrido. Acho que tivemos uns 30 e poucos inscritos e só 16 vieram fazer a prova. E aí cumprimos todas as etapas do concurso, era um concurso específico para Direito de Família e Sucessões e aí tirei 1º lugar no concurso e estou aqui. Na ocasião já tinha doutorado e eu já tinha uma experiencia de docência em outra Universidade Federal, na Universidade de Pelotas. Tivemos candidatos homens, tivemos um candidato que ficou em 2º lugar. Se nós olhássemos a produção científica ampla desse candidato homem e o homem a gente percebia que ele tinha uma ampla lista, muito grande, só que o concurso tinha uma exigência que era produção na área e este candidato ele tinha menos produções na área do que eu. Eu tinha muito mais produção na área. Tivemos uma situação um pouco pitoresca porque, embora a pessoa tivesse muita produção acadêmica, não tinha na área específica do concurso, que era o desejado.

Então, embora eu tivesse um pouco menos do que a dele, a minha produção era toda voltada para essa área de aderência. Por ser mulher, aqui? Aqui não, mas na minha vida e trajetória profissional já, muitas vezes sofri discriminação. Em relação a minhas colegas mulheres, me chamou bastante atenção que eu tive bastante acolhimento, em especial das minhas colegas de Departamento.

A professora Dalva que também era ingressante tanto quanto eu, teve bastante atenção no meu ingresso. Fui muito bem recebida e depois com os novos ingressos de outras mulheres no Departamento, ficou bastante confortável. Porque comigo, no mesmo

período, ingressou outro colega e nós só tivemos uma reunião geral de todos os docentes. Então, tem alguns professores que eu nem conheço ainda, estou conhecendo ao longo da trajetória, e isso faz 5 anos.

Em relação à carga horária, mudou, porque acabei integrando a Pós-Graduação e aumentou um pouco a carga horária. Eu comecei ministrando as disciplinas de Introdução à Ciência do Direito ou Introdução ao Direito nos outros cursos. Lá eu tinha uma carga horária entre 12 e 16 horas. Aí nós tivemos uma professora que entrou em licença maternidade e com isso ficou sem turmas e eu assumi a turma dela, então fiquei com 16 logo no início.

E neste semestre eu tenho 12 na graduação e mais 4 na pós-graduação, além da carga horária de extensão. Então, mais ou menos se mantém. Mas com esse acréscimo da pós-graduação que não diminui, a gente só acrescenta. Tem um acréscimo de 4 horas presenciais. Na verdade, é assim, de fato a carga horária continua 40h, né. Mas a carga horária em sala de aula, já foi maior do que é hoje. Já foi, em função de substituição de colegas ou em licença maternidade ou licença para formação.

Em relação à quantidade de homens e mulheres na instituição eu observei que, a UFRGS sempre teve uma história de muitas mulheres muito fortes e muito brilhantes. A gente pode destacar a professora Judith, a professora Vera, a própria professora Claudia que tem um destaque e renome internacional. Mas ainda eram poucas. Acho que faz uns anos até um pouco antes do meu ingresso, a gente pode destacar, que muitas mulheres foram logrando aprovações em 1º lugar nos concursos.

A gente tem o ingresso da professora Vanessa e da professora Ana Paula, nas ciências criminais, que é uma área diferente – que a minha área é família – então de certa forma, já é esperada que haja uma mulher nesse lugar. Mas existem outras áreas, sim, que não é esperado. Posso destacar o Direito Empresarial, o Direito Criminal, outras áreas que são mais típicas masculinas e que paulatinamente foram povoadas por mulheres. Acho que tem sim um implemento disso. Eu não percebo que isso possa ter tido uma escolha política significativa a entradas das professoras mulheres de forma que alguém pensou "precisamos colocar mais mulheres". Até se isso aconteceu gostaria de saber. Porque seria interessante e curioso da minha parte ficar sabendo se isso aconteceu.

O que eu percebo que aconteceu é que, de fato, nas carreiras jurídicas nós já temos de fato um maior número de mulheres saindo da graduação. Então, em algum momen-

to essas mulheres vão chegar nos cargos de chefia e nos cargos de destaque como eu considero esse concurso que eu fiz, acho que esse é um concurso de topo de carreira. É um concurso que as mulheres vêm chegando e até posso afirmar que tardiamente porque nós já somos o maior número de mulheres que se forma há pelo menos 15 anos. E não é o que se percebe, as mulheres em topos de carreiras jurídicas ou em lugares de mando, na sua maioria.

Então, é como se formássemos um volume muito significativo de mulheres na graduação, e ao longo da seleção no mercado fosse ficando um pouquinho mais rarefeito isso. Então não percebo que seja uma política isso e se houver, ficaria bastante interessada em saber. Eu gosto muito dessa noção porque eu percebo que homens e mulheres tem um jeito bastante diferente de conduzir as coisas, até em função dos papéis de gênero que vêm sendo atribuídos a gente ao longo da nossa vida. Enquanto nós vimos um jeito feminino de gerir muito parecido com os dos homens até uns 10 anos atrás.

Hoje, a gente está encontrando um jeito feminino de lidar com as coisas, um jeito diferente. Então, se eu penso que a minha presença contribui pra um equilíbrio? Sim, penso. Se eu penso que as meninas que ingressam na Faculdade de Direito têm o direito de terem mulheres-espelho, em quem elas possam mirar e enxergar o seu futuro? Também penso. Então, no momento em que a gente tem um maior número de alunas, também penso que a gente precisa oportunizar a essas alunas uma miragem futura de um perfil que elas possam se espelhar e saber onde é possível.

Então mulheres desembargadoras, mulheres em posições de chefias de grandes escritórios, mulheres advogadas de sucesso, mulheres em áreas que são tipicamente masculinas. Eu acho que sim, minha presença contribui pra isso. Acho que alguém que vem de um lugar de onde eu vim, pode olhar e pensar “olha, se essa mulher chegou, então eu posso sim”. Acho que é uma inspiração. Para mim foi importante ter alguns referenciais femininos.

Também percebo que realmente as mulheres foram se colocando no mercado de trabalho por uma necessidade, sai do ambiente doméstico por uma necessidade de sustento. Então, a gente sai do paradigma de produção, em que a mulher fica no doméstico, entra no paradigma de consumo e a mulher precisa entrar no mercado de trabalho. Então as funções que a mulher vai assumindo, são extensões das funções do lar, ou ela vai ser enfermeira, ou ela vai ser professora ou vai ser cuidadora de crianças. É como se

ele repetisse a função doméstica no lar, na universidade isso tem mudado.

O fato de ter mulheres nas engenharias, nas arquiteturas, na medicina e no direito é uma demonstração de que as mulheres podem e devem estar onde elas quiserem estar e não onde o papel social lhes colocou. E acho e percebo que há sim um grande volume de mulheres chegando nesses espaços e também percebo uma dificuldade de ascender a certos postos, em função até mesmo das exigências, porque nós sabemos que as mulheres acabam se responsabilizando por outras lidas tantas em conjunto com sua atividade profissional.

Então, de certa forma as mulheres precisam produzir o dobro ou o triplo pra chegar no mesmo reconhecimento masculino, que é pressuposto. E não que os homens sejam ruins ou que a sociedade seja ruim, mas existe um pressuposto, que é o pressuposto da chefia masculina e que durante um certo tempo foi um pressuposto jurídico, os homens eram os chefes de família. Nós tínhamos uma lei que autorizava isso, então a mudança desse paradigma faz com que a universidade possa perceber mulheres e receber mulheres de outro jeito.

Quanto ao Direito, que é uma área tipicamente masculina, é uma área de poder e essas áreas de poder tem um simbólico do status da lei e do pai, muito significativa. Então, essa imposição de lei, do pai e de ordem são espaços tipicamente masculinos. O ingresso de mulheres neste espaço se deu com bastante luta. Então as primeiras mulheres que entraram nos concursos foram, inclusive, proibidas de fazer provas e tiveram que fazer ações para que se conseguissem e, ainda hoje, eu sinto e percebo um certo resquício disso. Embora a gente possa olhar e perceber "ah, hoje tá muito mais equalizado", ainda posso dizer que não é 100%.

Existem mulheres, sobretudo mulheres negras, que não conseguem o seu espaço. Existem outras mulheres que ou porque são jovens ou porque têm certas características físicas que são diferentes das demais que sofrem um certo preconceito, como se o que tivessem a dar não tivesse atrelado à sua competência, mas sim com seus ditames físicos, sexuais e de outra ordem. No momento dos elogios, às mulheres raramente são feitos elogios de competência ou seu brilhantismo, geralmente são feitos em relação aos seus atributos físicos e isso é um resquício de uma sociedade patriarcal, mesmo que a gente lute contra isso e pode ver – eu não sei o número de mulheres que tem na faculdade – nós ainda estamos lutando contra isso.

Estamos ainda construindo essa igualdade. Podemos pensar em construir ações e acho que podemos começar a discutir isso,

conversar sobre esse assunto abertamente. Existem certos ônus sociais, como a licença maternidade, que onera efetivamente uma mulher e que traz um encargo para os outros colegas e pode causar um desconforto no grupo. Existem espaços para que haja uma discussão e uma conversa sobre como mulheres se sentem ou como homens se sentem com relação a mulheres – porque daqui a pouco os homens também podem se sentir desprivilegiados porque uma mulher está recebendo um tipo de tratamento mais vantajoso -, então espaços de conversa aberta e conversa franca. Além disso, com relação a essa geração vindoura, a gente precisa ver o que essas meninas estão pensando.

E tem uma postura que eu acho muito interessante, que é a postura que vem a partir dos homens, essa criação de espaços, existem algumas iniciativas internacionais, o "he for she", iniciativas em que os homens percebem e eles tomam a iniciativa. Uma iniciativa que não é lutada pelas mulheres, eu acho que essas iniciativas elas são muito eficientes, pois elas são pacíficas e ao mesmo tempo são de uma geração de homens que não tolera mais certos absurdos que eram cometidos e que não estão dispostos a contribuir com a distinção.

Para o futuro, eu penso que as mulheres precisam se colocar – pensando a meu respeito, é sempre um dilema sobre estar nos lugares, concorrer a cargos de chefia ou não concorrer, ou medo de manter o status quo, integrar os órgãos colegiados. Acho isso bastante importante e de outro lado um certo planejamento com relação às situações de vulnerabilidade que podem acontecer. A minha contribuição vem pontual, se alguém entrar em licença maternidade, com grande chance, eu vou me oferecer para entrar no lugar da pessoa porque eu acho que isso é uma solidariedade necessária. E outras tantas necessidades, necessidades de acompanhar os pais idosos aos médicos, é toda uma carga, acompanhar os filhos pequenos nas demandas.

Essa carga, por mais que seja compartilhada, os homens são ovacionados por fazerem isso "olha que legal, esse homem leva os pais ao médico" e a mulher quando vai fazer isso, isso gera um custo que é ficto "ah, essa pessoa tá sempre saindo pra levar o pai ao médico". Então, quando penso na minha contribuição, penso em dois níveis, em um âmbito mais político e mais de atuação e num âmbito que é mais do dia-a-dia mesmo, de gerar condições para que eu e minhas colegas possamos formar uma rede de solidariedade.

Para finalizar e já percebendo que o teu tema é a possível distinção ou não entre homens e mulheres, eu gostaria de comentar algumas coisas do passado. São coisas de quando eu não era uma mulher, mas sim uma

jovem menina e recebia bastante elogios pela minha aparência física, que passei uma situação de concurso público em que a pessoa me perguntou se eu era casada e o que eu ia fazer em relação ao meu casamento – constrangimentos que não consigo imaginar um homem passando, não imagino um concurso público questionando um homem se ele é casado ou não.

Essa forma de distinção é muito mais sútil e embora eu não tenha enfrentado isso aqui dentro da faculdade, eu afirmo que sim, já senti algumas vezes e que há um certo tratamento discriminatório e também quero dizer e afirmar que no direito mulheres que estão num alto escalão também passam por isso. E me lembro da ministra Carmen Lúcia, que hoje preside no nosso STF, em uma sessão, tendo de repreender os colegas e dizer "nossa, como vocês me interrompem. Não vejo isso acontecer com os outros ministros homens. Vocês estão me interrompendo a fala, estão atropelando a fala" e aí eu fico pensando quando uma presidente de um órgão que é o órgão máximo do país e precisa lembrar os seus colegas de que eles estão interrompendo e fala e de que ela precisa ser respeitada é porque não há uma situação de imunidade/igualdade.

Aqui na faculdade não que eu recorde diretamente. Eu acho que aqui até está em construção outro discurso e penso que dependa bastante da chefia imediata. Eu me sinto numa condição de uma chefia imediata muito mais inclusiva, colaborativa, que aceita as demandas e conversa sobre as demandas, mas a gente ouve falar em certos lugares em que as pessoas precisam se afirmar muito e tem até certos embates muito ríspidos para conseguir afirmar a sua condição feminina. A sensação é que estou em um lugar com pessoas que respeitam, mas se ouve falar sim, no corredor, de que nem sempre foi assim e tem certos ambientes que é um pouco mais difícil.

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013). Professora Permanente do Programa em Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta de Direito Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do Instituto de Estudos Culturalistas e da Rede de Direito Civil Contemporâneo. Pesquisadora no Direito Privado, com ênfase em Direito Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria Geral do Direito Civil, Responsabilidade Civil, Direito das Obrigações, Direito das Coisas, Direito dos Contratos e Direito de Família. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes).

TULA WESENDONCK

Meu nome é Tula Wesendonck e minha carreira iniciou na UFRGS – Faculdade de Direito em "maio de 2017". Meu ingresso foi através de concurso, e somente entrei na segunda tentativa. A primeira vez que tinha lecionado na UFRGS tinha entrado como professora substituta, isso foi em 2004/2005, e agora entrei novamente como professora adjunta.

O processo de seleção foi bem disputado, foi um processo bem duro, foi um processo bem desgastante, até tinha uma colega que fez a seleção junto comigo, que é juíza e ela comentava que esse concurso é mais difícil que concurso para juiz. A exigência era doutor para o concurso, eu e os demais candidato tínhamos a titulação. Em relação a qualificação entre os homens e os outros candidatos: o que eles tinham era mais ou menos como a minha; talvez eles tivessem alguma diferença de experiência profissional, de experiência de docência e também tinha uma diferença com relação ao currículo nas publicações. Eu lembro que em relação a alguns colegas as colegas mulheres tinham uma pontuação maior. Na pontuação acadêmica "publicações" era disparado melhor que a dos homens.

Nunca senti discriminação na Faculdade de Direito por ser mulher. E minha relação com as demais professoras da Faculdade sempre foi muito amistosa, mas assim, como é com os homens e com as mulheres também, mas eu senti que algumas colegas reclamaram, tinha uma separação entre os grupos de homens e mulheres – "aqui tu vai ver que tem isso" – eu não

senti isso ainda, essa discriminação, mas algumas colegas comentaram isso.

Minha carga horaria sempre foi a mesma desde que entrei, carga horária inicial e final era a mesma: 12 horas sala de aula e outras atividades administrativas, de pesquisa, estudos, orientação de alunos, mas a minha carga horária efetiva no contrato é 40 horas. Em relação a diferença de carga horaria de colegas homens.... Na verdade, eu entrei lecionando o que seria o regulamentar de carga horária. Eu sei que no nosso Departamento há professores que lecionam menos horas às vezes tem professores que lecionam mais horas, isso varia de acordo com o semestre. Por exemplo, tem um colega que é mais antigo que eu e tá com uma carga horária maior que a minha esse semestre, e é homem. Então eu não poderia dizer que por homem ou mulher que vai ser favorecido ou prejudicado. Acho que desde que entrei, no quadro geral, existem muito mais homens do que mulheres, e desde que entrei não teve mais ingresso de professores, eu fui a última, eu acho.

Acredito que tendo uma diversidade de homens e mulheres, quanto maior melhor, né. Porque, até para que as outras mulheres se sintam mais confortáveis no trato, no trabalho com outras colegas, e eu acho que certamente como uma espécie de paradigma. Algumas das queixas que minhas colegas faziam, tipo "ah tem muito clube do bolinha e a gente não consegue entrar" e eu comecei a já promover atividade e convidar colegas para quebrar um pouco este estereótipo apresentado pelos colegas.

Em relação a disparidade entre homens e mulheres na Faculdade de Direito - eu não conheço a realidade das outras - mas na Faculdade de Direito tem menos mulheres que homens, mas eu acho que talvez pode ser um reflexo do que era a formação jurídica um tempo atrás. Eu noto isso em relação às aulas, porque antes a gente tinha um público que era um público majoritariamente masculino nas turmas, e hoje em dia eu chego a ter turmas em que a maioria são mulheres.

Pode acontecer de demorar um pouco para chegar a isso na Universidade, mas talvez a gente vá ter um equilíbrio de homens e mulheres e talvez até uma inversão. Pelo que eu estou vendo hoje, nas turmas de alunos, tem muito mais mulher do que tinha quando me formei ou quando comecei a lecionar, hoje em dia tem muito mais mulher.

Acredito que ações institucionais poderiam melhorar este quadro, se estabelecesse uma quota de ingresso para mulheres, mas fico com receio com essa definição de quota de ingresso para mulheres, porque, por exemplo, no concurso, que é um concurso para professor, estabelecer uma

quota mínima, talvez a entrada de professores que não tenham a melhor qualidade entrando pelo gênero e aí talvez também tenha que abrir para outras espécies de gêneros - transgêneros, homossexuais, para que tivessem ingresso de outras pessoas com qualidades distintas, então não sei, eu acho que isso vai ser meio que natural, as pessoas vão ingressando naturalmente.

Eu entrei na instituição e tinha uma visão da instituição, que era uma visão de que a gente teria uma carga de trabalho que poderia ser menor que as outras instituições, e eu me surpreendi positivamente quando comecei a lecionar aqui, os alunos são muito engajados e a carga de trabalho que tenho tido é muito maior do que eu imaginava, porque os alunos são incansáveis, eles procuram os professores, querem grupos de estudos, querem desenvolver pesquisas, então a contribuição que eu posso dar é no sentido de que eu vou oportunizar sempre o melhor contato com os alunos, e que isso seja, que dê uma atenção efetiva para os alunos e eu noto que eles gostam disso. São alunos carentes nesse sentido, de ter esse apoio do professor, então o que eu posso dar é minha dedicação plena para a faculdade.

O que vejo é que às vezes a questão dos privilégios podem acontecer, mas não são obrigatoriamente, pelo menos no curso de Direito, ligados ao sexo, se é homem ou mulher. Vejo que tem alguns privilégios, mas não são obrigatoriamente filiados à figura homem ou mulher – não vejo isso, nunca senti isso. Vejo também uma mudança, que é uma mudança social, que é o ingresso maior de mulheres nas universidades e, no curso de Direito houve uma mudança que foi fenomenal, mudou completamente o panorama que nós tínhamos. Quando eu comecei a lecionar, lembro que tinha 70% homens e 30% mulheres. Hoje em dia tem algumas turmas que eu consigo ver o inverso, tem mais mulheres que homens. Eu acho que o ingresso de mais mulheres, quando eu era professora substituta, tinha bem menos mulheres; hoje a gente vê muitas mulheres.

ECOS DAS VOZEZ DAS DAS PROFESSORAS

Já nasci sabendo que queria ser professora e que queria seguir no Direito.
Vanessa Chiari Gonçalves

A influência das memórias da infância na trajetória profissional

fatos e lembranças armazenadas desde o momento em que o indivíduo tem como fortes determinadas memórias, o que se dá a partir de sua infância. Assim, como apontado por Ricoeur, autor trazido por Candau, existe uma "conservação de si através do tempo" (CANDAU, 2012, p. 17).

Isso quer dizer, nos entendimentos aqui propostos e de acordo com o objeto de pesquisa, que, conforme proposto por Halbwachs, as lembranças não são puramente um momento de sensação de objetos exteriores, senão também pela característica do grupo que é a família ou o meio social circundante, a exemplo do ambiente escolar. Veja, por exemplo, a fala da Professora Dra. Vanessa Chiari Gonçalves e da Professora Dra. Sulamita Terezinha Santos Cabral, respectivamente:

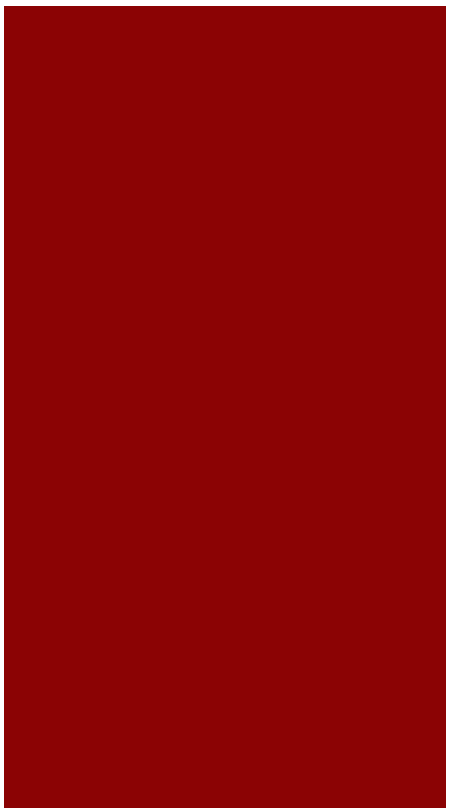
> Na infância, brincava de dar aula para as crianças do quarteirão, então já era muito minha essa opção. E o curso de Direito também, decidi muito cedo e escolhi o curso de Direito porque eu tinha sempre uma tendência a defender as pessoas que estavam em posição de vulnerabilidade. Então, na escola, se tinha um coleguinha que estava sendo discriminado porque era afeminado ou se tinha uma colega que era discriminada porque era diferente do padrão esperado ou esteticamente não atendia ao que se esperava e portanto sofria bullying, eu estava sempre na defesa dos colegas que sofriam bullying por qualquer razão. Então já nasci sabendo que queria ser professora e que queria seguir no direito, por essas duas razões.

> Eu sempre gostei muito de Direito Tributário, porque eu sou de Uruguaiana e a minha mãe era servidora federal da alfândega de Uruguaiana. Eu me criei no meio de alfândega, ouvindo falar de tributo, de imposto de importação e exportação, de taxas e a minha mãe era tradutora juramentada, também, e, quando entravam as mercadorias, além de servidora, ela fazia as traduções de espanhol. Achei que teria chance e seria uma grande honra ser professora na Faculdade de Direito.

Em suas memórias, a professora Dra. Sulamita Terezinha Santos Cabral conta que acompanhou o dia-a-dia na alfândega na qual a mãe era servidora federal. Tudo isto para concluir que havia crescido no meio jurídico, sendo, portanto, natural que seguisse essa trajetória profissional, seguindo o exemplo da mãe. No outro ponto, a Professora Dra. Vanessa Chiari Gonçalves contou que a afinidade com ministrar aulas e a tendência em defender aqueles que estavam em posição de vulnerabilidade foi o que influenciou não somente a escolha pela carreira jurídica, mas principalmente pela docência. Nesse sentido, Candau usa em sua obra e cita Anne Muxel e Rimbaud para uma melhor explicação:

> Solidariedades invisíveis e imaginação vinculam sempre um indivíduo a seus ascendentes: a memória familiar é nossa "terra", de acordo com os termos de um informante de Anne Muxel, é uma herança da qual não podemos nos desfazer e que faz com que, como diz Rimbaud, percorremos lugares desconhecidos sobre os traços de nossos pais. (CANDAU, 2012, p. 141)

Portanto, percebe-se que as memórias fortes das infâncias das professoras, tanto com relação ao seu âmbito familiar quanto com o meio circundante (volte-se à constatação "de ser referência"), inclusive no seio escolar, influenciaram sobremaneira a trajetória profissional dessas docentes mulheres, sendo este outro aspecto importante revelado durante esta pesquisa e as entrevistas realizadas. Memória familiar essa que Maurice Halbwachs denomina como "o laço vivo das gerações" (CANDAU, 2012, p. 137)



“Mulheres-Espelho”

Uma história de mulheres muito fortes e muito brilhantes.
Simone Fleishmann

A entrada das mulheres no mercado de trabalho em praticamente todos os setores econômicos é favorecida e marcada pelos diversos eventos que ocorreram a partir da segunda metade do século XX. A maior participação na força produtiva, assim como os movimentos feministas e algumas iniciativas de organismos e entidades internacionais foram essenciais para a entrada cada vez maior de mulheres nas Universidades Públicas e privadas do país. É nesse contexto que se insere a memória e identidade, termo esse usado por Candau, que diz: “O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado.” (CANDAU, 2012; p. 9)

Posto isso, a memória atua como instrumento de busca por uma representatividade por parte de muitas mulheres que ainda hoje possuem o desejo de ingressar na vida acadêmica em diversas áreas de conhecimento e buscam como exemplo professoras mestres e doutoras que desempenham um papel de extrema importância no meio acadêmico. Tomando como verdade o trecho em que Candau aponta que “[...] o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança” (CANDAU, 2012, p. 16) reafirmando assim a importância de um legado.

A influência feminina e a trajetória de vida dessas professoras e de todas as mulheres que constroem uma memória atuam na construção de uma identidade individual de cada sujeito, sendo assim, "a memória é, de fato, uma 'força de identidade'" (CANDAU, 2012, p. 16) e as lembranças que são preservadas de cada época, como observado por Halbwachs, reproduzem-se sem cessar e permitem que se perpetuem. Logo, com o passar das épocas, e correlacionando os relatos das professoras da Faculdade de Direto da UFRGS, fica explícita a influência que exercem sobre as alunas mulheres do curso de Direto da UFRGS sendo que tal curso era anteriormente dominado por homens, como aponta Professora Dra. Simone Fleischmann:

> Então, se eu penso que a minha presença contribui pra um equilíbrio? Sim, penso. Se eu penso que as meninas que ingressam na Faculdade de Direito têm o direito de terem mulheres-espelho, em quem elas possam mirar e enxergar o seu futuro? Também penso. Então, no momento em que a gente tem um maior número de alunas, também penso que a gente precisa oportunizar a essas alunas uma miragem futura de um perfil que elas possam se espelhar e saber onde é possível. Então mulheres desembargadoras, mulheres em posições de chefias de grandes escritórios, mulheres advogadas de sucesso, mulheres em áreas que são tipicamente masculinas. Eu acho que sim, minha presença contribui pra isso. Acho que alguém que vem de um lugar de onde eu vim, pode olhar e pensar "olha, se essa mulher chegou, então eu posso sim". Acho que é uma inspiração.

Dado isso, explicita-se a relação direta entre o papel, legado e a responsabilidade que elas possuem nesse meio em que estão inseridas. A identidade "seleciona" as memórias, no sentido de que existe uma construção da identidade do indivíduo quando ele incorpora os elementos advindos do passado e faz "escolhas memoriais" (CANDAU, 2012, p. 19) desenvolvendo uma identidade própria construída a partir de uma lembrança remota e que tem influência na construção de uma memória coletiva no sentido de ter tido e, agora, ser referência para as discentes mulheres, como, por exemplo, trouxe a Professora Dra. Claudia Lima Marques quando apontou: [...] tive grandes professoras: a prof. Guiomar, a prof. Sulamita e havia outras, só que não eram minhas professoras, mas essas duas foram e eram muito boas" e cita a Professora Maria Isabel como uma mulher importante e também homenageada.

Assim como a professora Dra. Simone Fleischmann ao dizer que "a UFRGS sempre teve uma história de muitas mulheres muito fortes e muito brilhantes. A gente pode destacar a professora Judith, a professora Vera, a própria professora Claudia que tem um destaque e renome internacional."

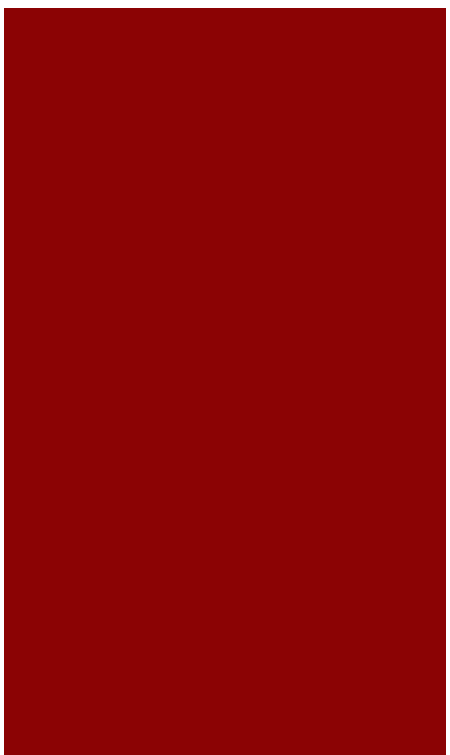
Nesse seguimento, a ideia de protomemória de Candau se consolida, sendo ela nada mais do que uma memória imperceptível que ocorre, muitas vezes, sem a tomada de consci-

ência pelo fato de estarem já inseridas no meio acadêmico, permitindo ao sujeito portador da memória agir quando necessário sem que se pergunte como deve fazer, pois já é existente a herdada lembrança de alto nível que é "essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento" (CANDAU 2012, p. 23) dos grandes feitos de outras mulheres e influenciará diretamente nas ações das futuras gerações de alunas dentro e fora da universidade, sem mesmo que elas percebam a grandiosidade da memória histórica que carregam, decorrente disso, formando uma representação individual da sua própria memória e do conhecimento adquirido através dela definindo o que Candau chama de metamemória "memória ostensiva e reivindicada" (CANDAU 2012, p. 23), estando ambas correlacionadas.

Pensando justamente nessa ideia de memória histórica, memória coletiva e individual e em uma conservação de passado no presente, Halbwachs (HALBWACHS, 1990, p. 86-88) expõe que:

> A história é um quadro de mudanças, e é natural que ela se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre um conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro de uma região desse conjunto, alguma reprodução de reproduza. Ora, uma vez que, para a história, tudo está ligado, cada uma dessas transformações deve reagir sobre as outras partes do corpo social, e preparar, aqui ou lá, uma nova mudança.

Deste modo, fazendo uma analogia entre "um conjunto" já citado por Halbwachs e as mulheres dentro da Faculdade de Direito da UFRGS, percebeu-se que com o passar do tempo seja ele universal, "que se estende a todos os acontecimentos que se realizaram em todos os lugares do mundo" (HALBWACHS, 1968, p. 79) ou histórico "como se houvesse vários, e talvez designemos desse modo períodos sucessivos, mais ou menos distantes do presente" (HALBWACHS, 1968, p. 80) as mudanças acarretadas ficaram evidentes, pelo maior envolvimento de mulheres na academia, segundo as entrevistas, nas quais ficou explícita a participação crescente, com o passar dos anos, de mulheres, servindo de exemplo para as gerações futuras de alunas do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Vejo também uma mudança,
uma mudança social.
Tula Wesendonck

Profissões “tipicamente femininas” vinculadas à afazeres domésticos

> Também percebo de que realmente as mulheres foram se colocando no mercado de trabalho por uma necessidade, sai do ambiente doméstico por uma necessidade de sustento. Então, a gente sai do paradigma de produção, em que a mulher fica no doméstico, entra no paradigma de consumo e a mulher precisa entrar no mercado de trabalho. Então as funções que a mulher vai assumindo são extensões das funções do lar, ou ela vai ser enfermeira, ou ela vai ser professora ou vai ser cuidadora de crianças.

Por conseguinte, essa relação estabelecida entre mulher e cuidados acaba talvez por diminuir ou atrasar o ingresso de mulheres no curso de Direito da UFRGS, sendo o foco de muitas áreas da saúde, das artes e licenciatura. Candau traz, nesse sentido, o desaparecimento de referências e a diluição de identidades: "A busca memorial é então considerada como uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiriam 'apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível.' (CANDAU, 2012, p. 10) assim sendo, as mulheres acabaram por seguir carreiras que já tinham algum conhecimento prévio, ao invés de adentrar em cargos de chefia e coordenação que antes eram somente ocupado por homens, sendo esses cargos uma herança patriarcal de uma sociedade dominada por homens.

Há ainda uma relação social de sexo que privilegia a divisão social do trabalho apontada pela socióloga francesa Danièle Kergoat (2003, p. 55):

> as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho.

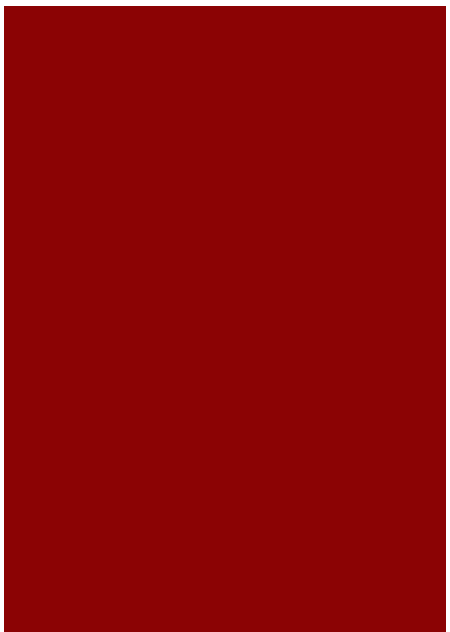
Kergoat (2003, p. 56) define a divisão sexual do trabalho como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo utilizando dois princípios, o da separação e o da hierarquização:

> Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço.

Por isso, se diz, na concepção de Kergoat que a mulher é vista de uma esfera reprodutiva e o homem de esfera produtiva, explicando, de certa forma, a identidade social individual do sujeito, que ao longo da história e das memórias coletivas formadas se desenvolve a partir do contexto sociocultural em que está inserido.

Logo, como a memória coletiva formada está ainda impregnada de tais pensamentos, os quais consideram as mulheres apenas seres em visão reprodutiva/biológica, a partir da memória individual que resgata a sua identidade, sempre em relação ao passado conforme por elas enxergado, entendeu-se assim que as profissões que foram sendo ocupadas por mulheres foram aquelas que tinham um elo com essa memória coletiva de "mulher dona de casa", portanto relacionando-se com aspectos domésticos, de cuidado ou de beleza, por exemplo.

Contudo, pode-se ver clara união entre os elementos trazidos anteriormente sobre as docentes entrevistadas terem tido mulheres-referência e terem se tornado mulheres-referência para as novas alunas que ingressam no ensino superior, para, após concluído, ingressar no mercado de trabalho e iniciarem suas trajetórias profissionais, sem tal estigma de a profissão ser rotulada como de homem ou de mulher.



Autoconceituação pela memória orgulhosa

Elas são diferenciadas, também sou uma delas.
Claudia Lima marques

As entrevistas realizadas com as mulheres que compõem a pesquisa salientaram fortemente a exaltação de si que é, de um modo igual, uma forma de buscar ser referência, de resgatar a memória do passado (por exemplo, os excelentes desempenhos acadêmicos e as boas classificações em concursos importantes em que a concorrência entre os candidatos foi significante) para trazer ao presente por meio da sua identidade, ou seja, se autoconceituar e se afirmar perante um ambiente predominantemente masculino, podendo ser este um dos motivos pelos quais se tornam referencias de mulheres em relação a trajetória profissional.

Dado isso, a metamemória, que é a representação que cada indivíduo faz de sua memória, do conhecimento que tem dela, que remete ao 'modo de afiliação de um indivíduo a seu passado', compatibili-

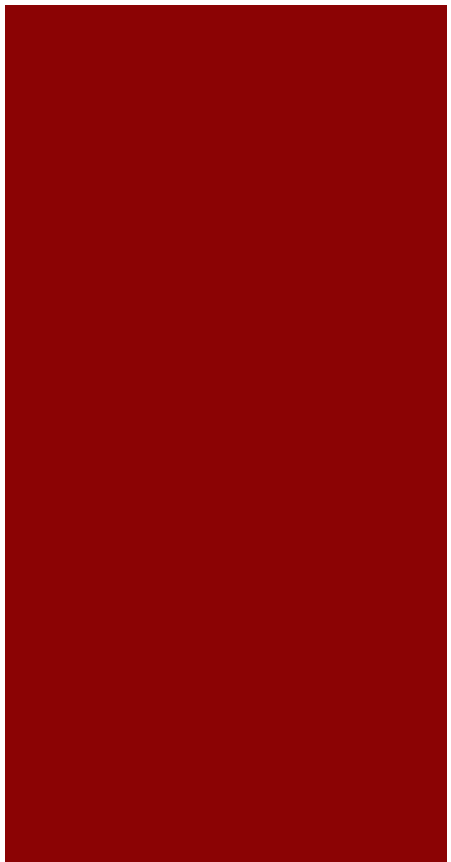
zando a pesquisa com Candau, quando cita Auguste Compte (CANDAU, 2012, p. 147):

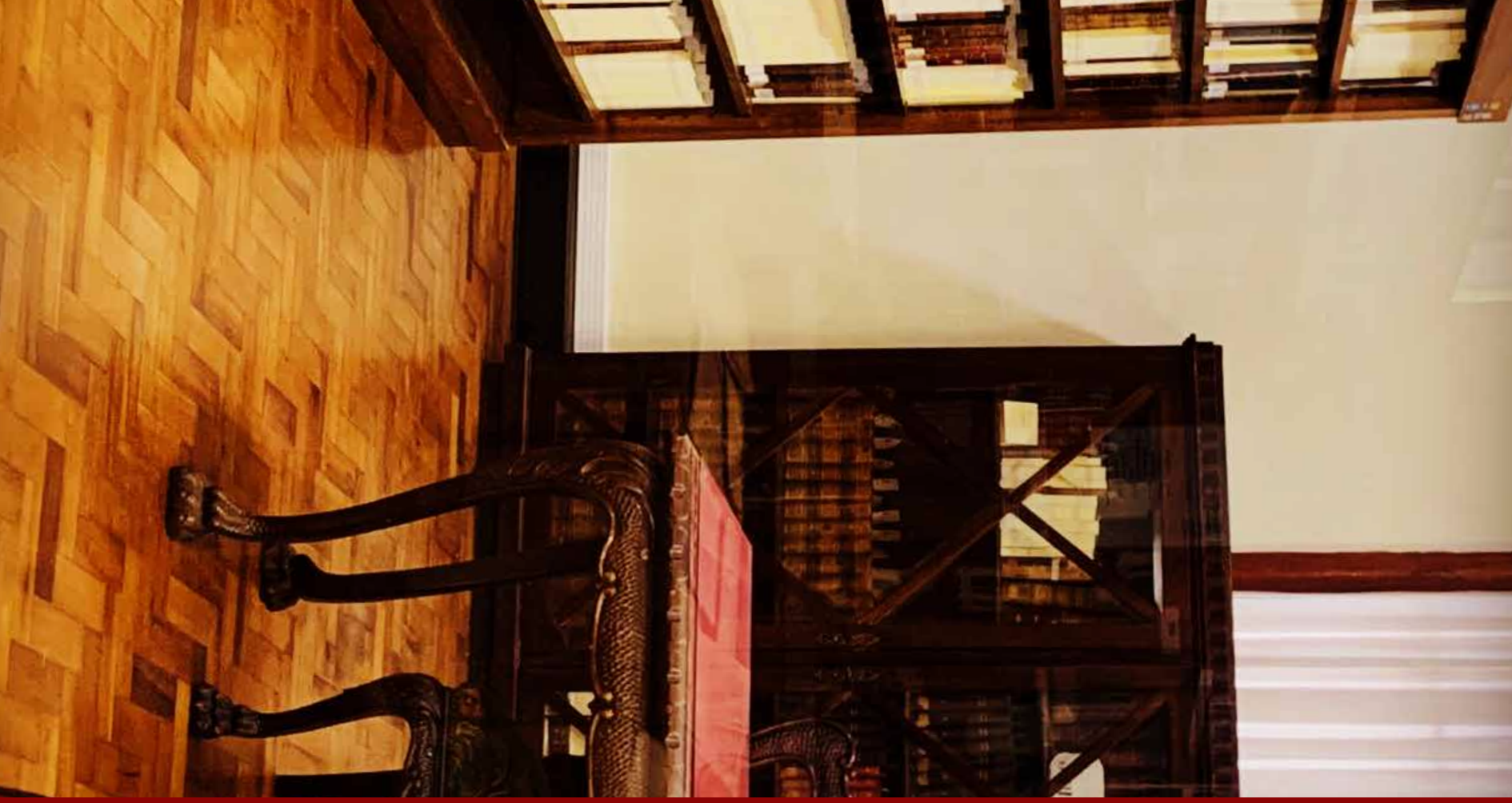
> Comte concede um lugar importante à "glorificação do passado" e, a esse título, apresenta os méritos da comemoração, "sobretudo destinada a desenvolver profundamente, entre a geração atual, o espírito histórico e o sentimento de continuidade.

Exaltação de si é, de um modo igual, uma forma de buscar ser referência, de resgatar a memória do passado (por exemplo, os excelentes desempenhos acadêmicos e as classificações em concursos importantes em que a concorrência entre os candidatos foi bem significante) para trazer ao presente por meio da sua identidade, ou seja, se autoconceituar e se afirmar perante um ambiente predominantemente masculino, podendo ser este um dos motivos pelos quais se tornam referencias de mulheres em relação a trajetória profissional, como demonstrou Halbwachs (CANDEAU, 2012, p. 100):

> o trabalho de produção de um campo do memorável será mais fortalecido quando encontrar o eco naquilo que ele denomina de pensamento coletivo que é, de fato, um certo grau de convergência entre as representações que cada indivíduo mantém ou se esforça em compartilhar com outros membros do grupo.

Por fim, o que se pode inferir da conjugação das três abordagens – uma dada pelas entrevistas, outra por Candau e a terceira por Halbwachs – é que existe uma seleção de memórias individuais que tendem a salientar aspectos positivos com relação a seu passado, no início das trajetórias profissionais, ou mesmo antes, quando ainda na graduação ou no magistério. Como bem apontou Candau (2012), essa glorificação do passado, especificamente nesses meios citados, tem o condão de empoderar essas mulheres em ambientes ditos tipicamente masculinos para que se tornem, inclusive, referências para outras mulheres e, assim, dando o aspecto de continuidade propugnada pelo autor.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é intrínseca à construção da identidade. A partir dela, experiências e vivências são armazenadas para que o elo do passado seja forte o suficiente para construir o futuro: isso que vimos nesta pesquisa – diversas foram as memórias levantadas por meio das entrevistas que revelaram aspectos memoriais que influenciaram no elo futuro, ou seja, no desenvolver da trajetória profissional das professoras mulheres da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Interessante foi observar que os discursos, embora ouvidos de forma individual, revelaram uma conexão entre eles, qual seja, que os fatos vividos pela a primeira professora entrevistada na nossa delimitação temporal se repetiu nas outras entrevistas, mudando as personagens, mas revelando uma certa constância nas memórias, como, por exemplo, serem todas vítimas de certo preconceito por serem muito novas na carreira de docência, apesar de muito competentes, pois todas obtiveram boas notas no que se propuseram a fazer.

A partir da análise atenta das entrevistas, pudemos notar pontos de intersecção, os quais, dentro de nossa interpretação, foram selecionados para análise a memória de si orgulhosa, poder as mulheres do passado e do presente se tornarem referências também para mulheres do futuro, a influência da infância na escolha da trajetória profissional e a constatação de profissões "tipicamente femininas" foram os pontos escolhidos para aprofundamento.

Conclui-se que há diversos aspectos que contribuíram para a trajetória profissional das mulheres docentes da Faculdade de Direito da UFRGS, revelando a importância da narrativa pessoal de tais mulheres como meio idôneo não só de aprofundar esta pesquisa, mas para (e principalmente) ouvi-las e ouvir suas histórias, percebendo que o passado e o futuro são unidos pelo presente e que o quadro de discursos se repete através dos tempos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL; ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA. 4.; 3.; Uberlândia. Anais... Uberlândia: UFU,2016. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARRETO, Andreia. A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade. Cadernos do GEA, n. 6, jul./dez. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Ensaios sobre o Conceito de Cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BERNARD, Zilá; KAYSER, Patrícia. Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura. 2 ed. rev. amp. Canoas: Unilasalle, 2017.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Camila; TOMBESI, Cecília. Dia Internacional da Mulher: 6 gráficos que mostram como as mulheres avançaram (ou não) na América Latina. BBC News Brasil, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GOMES, Maria Cristina; OLIVEIRA, Andreza Alves de; ALCARÁ, Adriana Rosecler. entrevista: um relato de aplicação da técnica. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 6., 2016, Londrina. Anais... Londrina: SECIN, 2016. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/359/175. Acesso em: 17 nov. 2018.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice/Revista dos Tribunais, 1968.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. Cad. EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 331-344, set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512018000300331&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 ago. 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marilane, et al; (Org). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2003.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Ferramentas para o pesquisador iniciante. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amelia; OMOTE; Sadao (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. 2012. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2012/03/16/entevista-semi-estruturada-analise-de-objetivos-e-de-roteiros/. Acesso em: 12 ago. 2018.

MENDES, Betânia Gusmão. A mulher e o direito: as relações de gênero nas carreiras jurídicas. Jus.com.br. 2015. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/45524/a-mulher-e-o-direito-as-relacoes-de-genero-nas-carreiras-juridicas. Acesso em: 12 out. 2017.

NOHARA, Irene. Presença Feminina no Direito e Importância da Conscientização do tratamento desigual dado à mulher na área Jurídica. 06 set. 2018. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/blog/presenca-feminina-no-direito-e-importancia-da-conscientizacao.html>. Acesso em: 06 ago. 2019.

OST, Stelamaris. Mulher e mercado de trabalho. Revista âmbito jurídico, ano 12, n. 64, maio 2009. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_caderno&revista_caderno=25&pagina=33_77. Acesso em: 15 dez. 2017.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2005.

SILVA, Daniele Nunes Henrique; SIRGADO, Angel Pino; TAVIRA, Larissa Vasques. Memória, narrativa e identidade profissional: analisando memoriais docentes. Cad. Cedes, Campinas, v. 32, n. 88, p. 263-283, set.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v32n88/a02v32n88.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. Revista Graphos, Paraíba, v. 16, n. 1, p. 91-117, 2014.

TONATO, Dalva Carmem. Jurisperitas entre passado, presente e futuro. In: _____; CARVALHO, Ana Laura Ramires; MÜLLER, Anita (Org.). Jurisperita: o feminino no direito. Academia e Carreiras Jurídicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 13-34.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ADES TERESA SANCHEZ Y VACAS

Graduada em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (1995) e especialista lato sensu em Ensino de Língua e Literatura pela antiga FAPA, hoje Uniritter (1996). É Servidora Pública Federal desde 1984, atuando largo período junto aos arquivos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990 - 2001), sendo alocada atualmente na Secretaria das Comissões de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Direito da UFRGS (2002 - atual) e também é secretária dos Cursos de Especialização lato sensu em Direito Ambiental Nacional e Internacional, Direito do Consumidor e O Novo Direito Internacional, coordenados pela Professora Dra. Dra. h. c. Claudia Lima Marques, bem como em Direito do Estado, coordenado pelo Professor Dr. Eduardo Reverbel. Atua como assistente do convênio entre a UFRGS e a Université de Savoie Mont Blanc/França (Diplome d'Université), tendo colaborado com a ASADIP (Asociación Americana de Derecho Internacional Privado) e com o Observatório do Crédito e Superenvidamento do Consumidor, parceria firmada entre a UFRGS e o Ministério da Justiça. É membro administrativo do Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA UFRGS-PUCRS) e dos grupos de pesquisa CNPq "Mercosul, Direito do Consumidor e Globalização" e "Observação sistêmica da violência como sistema organizacional na criminalidade em rede e seus reflexos no mercado", ambos coordenados pela Professora Dra. Dr. h. c. Claudia Lima Marques.

FACULDADE LIVRE DE DIREITO
PORTO ALEGRE

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

UNIVERSIDADE LaSalle